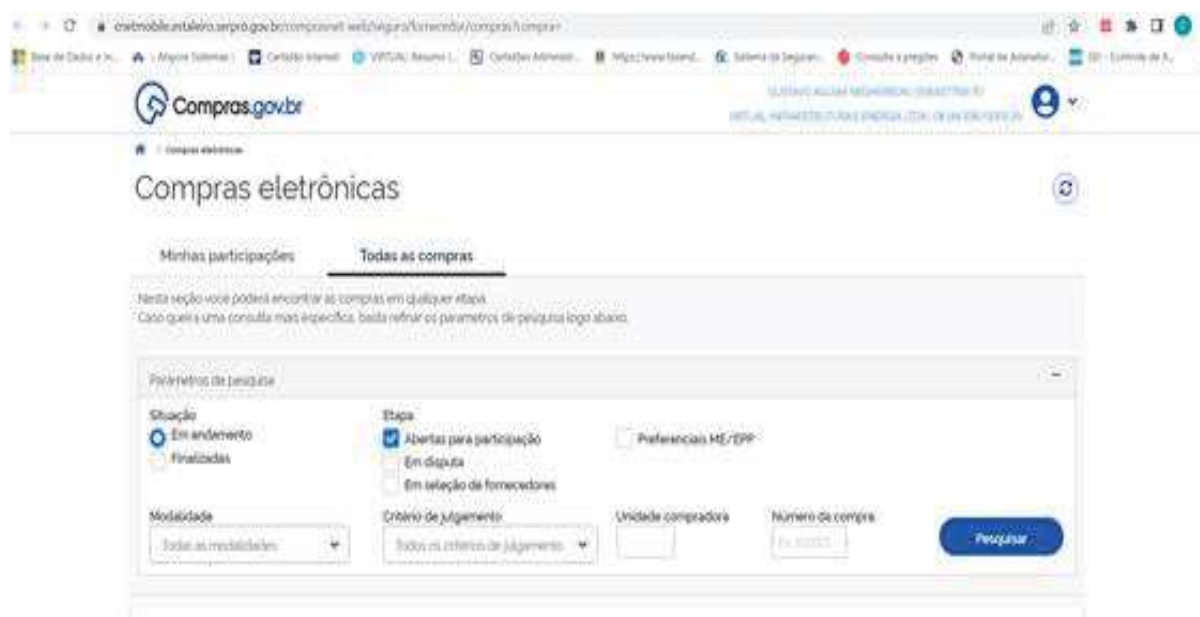


ORIENTAÇÃO

Senhores Licitantes/Fornecedores,

Considerando a dificuldade observada na localização dos certames com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos, segue orientação:

- 1) **Buscar o caminho: Serviços do Fornecedor > Dispensa/ Licitação Eletrônica (Novo)**
- 2) **Será aberta a seguinte tela:**



- 3) **Informe a unidade compradora: 070019 e o número da compra, seja ela dispensa ou licitação.**

Lembramos que, caso ainda tenha dificuldade, deverá entrar em contato com o telefone de suporte do Compras.Gov: 0800.978.9001.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

LICITAÇÃO N.º 36/2023
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 30.848/2022 (PAD)

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 27/09/2023 às 14:00 HORAS

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 388/2023, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço do lote**, que será regido pela Lei nº 14.133/21, pelo Decreto 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1. No dia **27 (vinte e sete) de setembro de 2023, às 14:00 horas**, horário de Brasília – DF, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Compras.gov.br* - <https://www.gov.br/compras>).

1.2. Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I, a minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo II, a Proposta Detalhada – Anexo III, o Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo IV e Minuta do Contrato – Anexo V.**

2. DO OBJETO

2.1. **Registro de Preços para aquisição de Solução de comunicação (roteadores, licenças e serviço)** visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Poderão participar deste certame as empresas:

a) que estiverem devidamente credenciadas no sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil e no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores;

b) cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

3.1.1. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a participação fica limitada a aquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. Não poderá participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física.

3.4.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.4.3. Entidades empresariais reunidas em consórcio¹.

3.4.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.4.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.4.5.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4.6. Aquele que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

¹ Portaria DG TRE-PR 591/2022, art. 8º.

3.4.6.1. A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.4.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.4.9. Pessoa física que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.4.11. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.11.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.6. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução nº 07, de 18/10/05, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.7. A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.7.1. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal

Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.8. A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico Compras.gov.br, no site <https://www.gov.br/compras>.

3.8.1. O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.8.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.9. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.10. Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

4. ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS²

4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1. Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta.

4.1.2. A licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

4.2. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema

² A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O valor máximo aceitável unitário para cada item que compõe o lote consta no item 2.2 do Termo de Referência – Anexo I.

4.4.1. As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a contratação.

4.5. A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado para cada item, conforme item 2.2 do Termo de Referência.

4.6. Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas³ (custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.8. O CNPJ cadastrado no sistema Compras.gov, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.8.1. Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.9. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigará-se à prestação do serviço descrito neste edital.

4.10. As propostas terão eficácia de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

4.11. A vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantagem dos preços registrados.

4.12. Em razão do descritivo do Sistema Compras.gov (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame e, ainda, devido à limitação dos códigos do SIASG, as propostas deverão atender às especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste

³ Para o caso das cooperativas o valor final deverá contemplar, inclusive, a contribuição Previdenciária (conforme ADI RFB nº 1/17).

edital.

4.13. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

4.13.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.13.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.13.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.13.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.13.5. Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, quando organizado em cooperativa.

4.13.6. Quando enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.13.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

6.1.1. Os lances serão ofertados pelo valor UNITÁRIOS DOS

ITENS, sendo que a desclassificação em qualquer um dos itens implicará a desclassificação da proposta para o respectivo lote.

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.1. A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de 1% (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3. Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

6.4. Embora a classificação final seja pelo valor total do lote, a disputa será por item e os lances ofertados devem estar dentro do valor estimado constante nesse edital. A cada lance ofertado por item, o sistema atualizará automaticamente o valor total do lote, sagrando-se vencedora a licitante que ofertar o menor valor total do lote.

6.4.1. A contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

6.5. No transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.7. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.8. Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

6.8.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

6.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a Sessão Pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à

proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.8.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

6.11. Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

6.12. Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

6.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste edital;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.13.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas brasileiras;
- b) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, o

Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

7.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.3. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/15.

7.3.1. Nessas condições, caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou equiparada, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, e após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

7.3.1.1. Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.4 e seguintes.

7.4. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, contadas da solicitação do Pregoeiro, incluindo como anexo em campo próprio do sistema, a Proposta Detalhada – Anexo III.

7.4.1. A licitante deverá encaminhar o documento solicitado no item 7.4 devidamente configurado, e em formato para impressão.

7.4.2. O não encaminhamento do documento ou sua não aprovação ensejará a desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para

atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

7.4.3. O prazo previsto no item 7.3 poderá ser prorrogado por igual período, em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o Pregoeiro constatar ser insuficiente⁴.

7.5. O Pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO DO LOTE**.

7.5.1. Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 2.2 do Termo de Referência – Anexo I.

7.5.2. Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

7.5.3. Caso a proposta da licitante não contenha apenas duas casas decimais, o Pregoeiro efetuará a referida adequação.

7.6. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.6.1. Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro negociará com a licitante, no sentido de se obter melhor preço.

7.7. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) Não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, desde que se trate de vício insanável;

b) Apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

7.7.1. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.7.1.1. Será considerado como indício de inexequibilidade valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido neste edital.

7.7.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

8. DA HABILITAÇÃO

⁴ Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 29, §§ 2º e 3º.

8.1. Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. Por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form) em nome do sócio majoritário da empresa licitante.

8.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1 e 4.13.6 deste edital.

8.3. A documentação de habilitação consistirá em:

8.3.1. Habilitação jurídica:

a) **Pessoa Física (desde que admitida a sua participação):** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI (desde que admitida a sua participação):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

f) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.3.3. Habilitação econômico-financeira: certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.4. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3.4.1. A comprovação desta habilitação obtida on line pelo Pregoeiro, que verificará a validade dos documentos.

8.3.4.2. Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

8.3.4.2.1. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, a licitante será convocada a anexar, em campo próprio do Sistema Compras.gov, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação⁵.

8.3.5. Para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente

⁵ Conforme IN 03/2018 SICAF.

for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3.5.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.3.6. No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.4. Exigir-se-á das licitantes as declarações:

- a) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21;
- b) De que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) De que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) De que cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- e) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei

Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

8.4.1. As declarações constantes no item acima serão exigidas no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.13.

8.4.2. A licitante, cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro, os documentos que não constem no SICAF e no caso de cooperativas, os documentos exigidos no item 8.3.6, incluindo-os como anexos no Sistema Compras.Gov.

8.5. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

8.6. O prazo previsto no item 8.4.2 e 8.5 poderá ser prorrogado por igual período, em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o Pregoeiro constatar ser insuficiente⁶.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

8.9. Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

9. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o Cadastro de Reserva, que se refere ao registro:

9.1.1. Das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. Das licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes registrados na ata.

9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma de Cadastro de Reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada;

⁶ Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 39, §5.

9.2.2. Para fins da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aquelas que mantiverem sua proposta original.

9.3. O chamamento das licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuado quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

9.3.1. Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;

9.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;

9.3.3. Quando houver a necessidade de contratação, nos termos do item 9.3, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 7 e 8 deste edital.

9.4. Na hipótese de nenhuma das licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.4.1. Convocar as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência – Anexo I, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de

fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme disposto no item 9.

10.8. Poderá ser autorizada a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos previstos no Decreto nº 11.462/23, bem como no Anexo II (minuta do Ata de Registro de Preços) deste edital.

11. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO⁷

11.1. A Contratada deverá entregar ao gestor da contratação, em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, a declaração constante no anexo IV (Termo de Sigilo e Responsabilidade), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

11.1.1. O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da empresa.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos, que deverão ser feitos por meio eletrônico (*e-mail* cpl@tre-pr.jus.br), é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

12.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

12.4. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico, pelo *e-mail* cpl@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema Compras.gov pelo Pregoeiro.

13. DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

⁷ Sem prejuízo de demais documentos que eventualmente sejam solicitados neste edital e seus anexos.

13.2. Após a indicação da empresa vencedora pelo Pregoeiro e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, para formalizar o contrato pertinente.

13.3. O TRE-PR - SCON convocará a empresa vencedora para assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

14. DO PAGAMENTO

14.1. Conforme disposições constantes na minuta do contrato.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa.

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) Deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o especificado (quando houver previsão em edital).

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência (aplicada às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço);
Multa, aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor da contratação);

b) Impedimento de licitar e contratar (para infrações de maior gravidade); e

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (para infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar).

15.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que resultarem das condutas sancionadas para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.2 a licitante estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

15.5. Para a infração prevista no item 15.1.3 licitante estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

15.6. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.8 estará sujeita a multa 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1 a 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4 a 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1 a 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de

impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.9. Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na minuta do Contrato (anexa a este edital).

15.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. As multas imputadas, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

15.16. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

15.17. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DOS RECURSOS

16.1. Das decisões proferidas pelo Pregoeiro, caberão recursos nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/21.

16.2. A empresa licitante poderá apresentar razões do

recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

16.2.1. Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto ao vencedor.

16.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 166 da Lei nº 14.133/21.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos dos artigos 41 e 42 da IN SEGES/ME 73/21.

17.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.6. Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema Compras.gov, considera-se o horário das 12h às 18h.

17.7. No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

17.8. Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

17.9. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

18. INFORMAÇÕES

18.1. Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital, na *home page* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (www.tre-pr.jus.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/pt-br).

18.2. Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos através dos contatos abaixo:

1. Comissão de Contratação: pelos telefones (41) 3330-8604, (41) 3330-8495, (41) 3330-8741 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br;

2. Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3072-4796 / 3330-8598 / 3330-8753 ou e-mail seled@tre-pr.jus.br.

18.3. O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 12 de setembro de 2023.

Sandra Mara Kovalski dos Santos
Pregoeira

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de Solução de comunicação (roteadores, licenças e serviço) visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

1.1.1. Faz parte dos itens a serem adquiridos (itens 1, 2, 8 e 9) o fornecimento de Garantia “on site” de 24 (vinte e quatro) meses iniciada a partir do recebimento definitivo pelo gestor da contratação.

1.2. Da justificativa para a contratação:

1.2.1. A rede da Justiça Eleitoral (JE) no Paraná interliga os 156 (cento e cinquenta e seis) Fóruns Eleitorais espalhados pelo estado ao edifício sede do TRE-PR e ao TSE, possibilitando o acesso aos sistemas administrativos, instalados no TRE-PR, e aos sistemas eleitorais, instalados no TSE, necessários para o atendimento aos eleitores em todas as unidades bem como a conexão das estações de trabalho com a rede mundial de computadores.

1.2.2. Em 2017, para maximizar o tempo de disponibilidade da rede e dos sistemas, a exemplo do que já existia na conexão entre TRE e TSE, foi implantada redundância dos links de comunicação entre o TRE-PR e os Cartórios Eleitorais do estado. Para tanto, foi instalado um segundo circuito de comunicação e equipamentos de rede (roteadores) capazes de monitorar os caminhos de rede disponíveis e substituir os roteadores em uso.

1.2.3. Estes equipamentos, que sustentam esta rede, foram adquiridos com 24 (vinte e quatro) meses de garantia e este prazo está chegando ao fim. Desta forma, faz-se necessário renovar a garantia dos equipamentos para manter a disponibilidade do ambiente e também permitir a aplicação de correções e atualizações do firmware instalado, corrigindo eventuais vulnerabilidades.

1.2.4. Também é necessário considerar que o contrato 01/2018, que viabilizou a redundância da rede com a contratação de um segundo circuito de comunicação, se encerrará no primeiro semestre de 2023. Embora sejam contratações distintas, é imprescindível prever neste processo a possibilidade de implantação de licenças avançadas (tipo UTM) que permitam a ativação de funcionalidades avançadas nos roteadores, permitindo substituir circuitos MPLS do contrato 01/2018 por circuitos IP.

1.2.5. A presente aquisição se destina a aquisição de equipamentos, software e serviços para permitir a manutenção e evolução da solução de comunicação para interligação dos Cartórios Eleitorais e do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Desta forma,

considerando a evolução das tecnologias e as demais necessidades do TRE-PR, faz-se necessário efetuar a renovação do licenciamento atual, de forma manter a disponibilidade da rede de comunicação e permitir a evolução deste ambiente.

- 1.3. Da justificativa para a exigência de marca: A presente contratação trata da aquisição de equipamentos de comunicação, de alta complexidade, visando evolução e continuidade da rede de dados iniciada em 2020 pelo pregão 60/2020. Neste pregão inicial não foi exigida marca, venceu o licitante que apresentou o menor preço para a solução. **A exigência de marca do presente pregão (Fortinet)** visa garantir a compatibilidade dos equipamentos a serem adquiridos e o ambiente já implantado, proteger do investimento já efetuado, dar padrão de funcionamento à rede e minimizar as necessidades de treinamento das equipes técnicas e usuários.

2. DOS QUANTITATIVOS A SEREM ADQUIRIDOS

- 2.1. A contratação será realizada em lote único, com o objetivo de com vistas a evitar problemas relacionados à disponibilização de licenças e a efetiva implantação.
- 2.2. Poderão ser adquiridos equipamentos, software e serviços conforme quantitativo e especificações mínimas a seguir descritas

LOTE ÚNICO	Item	Descrição item	Qtdade	Unidade	Valor unitário máximo
	1	Roteador remoto SD-WAN com WI-FI (FortiWifi 40F) Código SIASG: 473387	20	Equipamento	R\$ 10.213,04
	2	Ponto de acesso WI-FI Código SIASG: 393277	60	Equipamento	R\$ 10.876,04
	3	Licenciamento do tipo I (Forticare) para firewall Fortigate 100F, período de 12 (doze) meses Código SIASG: 27456	16	Licença	R\$ 6.207,19
	4	Licenciamento do tipo II (UTP) para firewall Fortigate 100F, período de 12 (doze) meses Código SIASG: 27456	16	Licença	R\$ 22.083,57
	5	Licenciamento do tipo III (Forticare) para firewall FortiWifi 40F, período de 12 (doze) meses Código SIASG: 27456	760	Licença	R\$ 2.623,79
	6	Licenciamento do tipo IV (UTP)	40	Licença	R\$ 7.691,40

		para firewall FortiWifi 40F, período de 12 (doze) meses Código SIASG: 27456			
	7	Suporte e garantia FortiNac - 4000 (quatro mil) dispositivos gerenciados - 12 (doze) meses Código SIASG: 27740	4	Serviço	R\$ 104.504,20
	8	Solução de Gerenciamento - Fortimanager-vm para 200 (duzentos) dispositivos Código SIASG: 27081	1	Licença	R\$ 293.888,76
	9	Solução de logs e relatórios - Fortianalyzer 100Gb/dia Código SIASG: 27081	1	Licença	R\$ 334.447,40
	10	Serviço de instalação da Solução de Gerenciamento - Fortimanager-vm Código SIASG: 27359	1	Serviço	R\$ 13.932,82
	11	Serviço de instalação da Solução de logs e relatórios – Fortianalyzer Código SIASG: 27359	1	Serviço	R\$ 19.005,94

2.3. Os quantitativos acima são suficientes para atender a demanda atual, bem como eventuais expansões futuras na rede da Justiça Eleitoral do Paraná, pelo prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (um) ano, conforme previsão no artigo 84 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 2021).

2.4. Este Tribunal se reserva ao direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, com previsão de compra inicial de:

- 2.4.1. 5 (cinco) roteadores remotos SD-WAN com WI-FI (item 1);
- 2.4.2. 10 (dez) pontos de acesso WI-FI (item 2);
- 2.4.3. 4 (quatro) licenças do tipo I (Forticare) para firewall Fortigate 100F (item 3);
- 2.4.4. 158 (cento e cinquenta e oito) licenças do tipo III (Forticare) para firewall FortiWifi 40F (item 5);
- 2.4.5. 1 (um) pacote de suporte e garantia FortiNac - 4000 (quatro mil) dispositivos gerenciados (item 7).

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

3.1. Item 1 – Roteador Remoto SD-WAN com Wi-fi integrado

3.1.1. Características do Equipamento:

- 3.1.1.1. Deve suportar, no mínimo, 5 Gbps com a funcionalidade de firewall habilitada para tráfego IPv4 e IPv6;
- 3.1.1.2. Deve suportar, no mínimo, 1 Gbps de throughput IPS;
- 3.1.1.3. Deve suportar, no mínimo, 4 Gbps de throughput de VPN IPSec;
- 3.1.1.4. Deve suportar, no mínimo, 300 Mbps de throughput de VPN SSL ou TLS inspection;
- 3.1.1.5. Deve suportar, no mínimo, 800 Mbps de throughput de Controle de Aplicação;
- 3.1.1.6. Deve suportar, no mínimo, 500 Mbps de throughput com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente, para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes: firewall, controle de aplicação, IPS e antimalware;
- 3.1.1.7. Suporte a, no mínimo, 500.000 conexões simultâneas;
- 3.1.1.8. Suporte a, no mínimo, 30.000 novas conexões por segundo;
- 3.1.1.9. Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 180 túneis de VPN IPSEC Site-to-Site simultâneos;
- 3.1.1.10. Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 220 túneis de clientes VPN IPSEC simultâneos;
- 3.1.1.11. Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença adicional, 180 clientes de VPN SSL simultâneos;
- 3.1.1.12. Permitir gerenciar ao menos 6 Access Points em modo túnel e 12 em modo bridge;
- 3.1.1.13. Possuir ao menos 4 interfaces 1Gbps;
- 3.1.1.14. Estar licenciado e/ou ter incluído sem custo adicional, no mínimo, 2 sistemas virtuais lógicos (Contextos) por appliance;
- 3.1.1.15. Suporte a, no mínimo, 2 sistemas virtuais lógicos (Contextos) por appliance;
- 3.1.1.16. Possuir no máximo 1 RU de altura.
- 3.1.1.17. Considerando que a presente contratação tem o objetivo de dar continuidade ao projeto de modernização da rede iniciado em 2020, para atendimento aos requisitos de compatibilidade e padronização da solução, os equipamentos a serem fornecidos neste item devem ser do fabricante Fortinet, modelo FortiWiFi 40F, ou superior.

3.1.2. Requisitos Mínimos de Funcionalidade

- 3.1.2.1. A solução deve consistir em plataforma de proteção de rede baseada em appliance com funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW), e console de gerência e monitoração;
- 3.1.2.2. Por funcionalidades de NGFW entende-se: reconhecimento de aplicações, prevenção de ameaças, identificação de usuários e controle granular de permissões;
- 3.1.2.3. As funcionalidades de proteção de rede que compõe a plataforma de segurança, podem funcionar em múltiplos appliances desde que obedeçam a todos os requisitos desta

- especificação;
- 3.1.2.4. A plataforma deve ser otimizada para análise de conteúdo de aplicações em camada 7;
 - 3.1.2.5. Todos os equipamentos fornecidos devem ser próprios para montagem em rack 19", incluindo kit tipo trilho para adaptação se necessário e cabos de alimentação;
 - 3.1.2.6. A gestão do equipamento deve ser compatível através da interface de gestão Web no mesmo dispositivo de proteção da rede;
 - 3.1.2.7. Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a, no mínimo, 200 VLAN Tags 802.1q;
 - 3.1.2.8. Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a agregação de links 802.3ad e LACP;
 - 3.1.2.9. Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a Policy based routing ou policy based forwarding;
 - 3.1.2.10. Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a roteamento multicast (PIM-SM e PIM-DM);
 - 3.1.2.11. Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a DHCP Relay;
 - 3.1.2.12. Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a DHCP Server;
 - 3.1.2.13. Os dispositivos de proteção de rede devem suportar sFlow;
 - 3.1.2.14. Os dispositivos de proteção de rede devem suportar sub-interfaces ethernet lógicas;
 - 3.1.2.15. Deve suportar NAT dinâmico (Many-to-1);
 - 3.1.2.16. Deve suportar NAT dinâmico (Many-to-Many);
 - 3.1.2.17. Deve suportar NAT estático (1-to-1);
 - 3.1.2.18. Deve suportar NAT estático (Many-to-Many);
 - 3.1.2.19. Deve suportar NAT estático bidirecional 1-to-1;
 - 3.1.2.20. Deve suportar Tradução de porta (PAT);
 - 3.1.2.21. Deve suportar NAT de Origem;
 - 3.1.2.22. Deve suportar NAT de Destino;
 - 3.1.2.23. Deve suportar NAT de Origem e NAT de Destino simultaneamente;
 - 3.1.2.24. Deve poder combinar NAT de origem e NAT de destino na mesma política
 - 3.1.2.25. Deve implementar Network Prefix Translation (NPTv6) ou NAT66;
 - 3.1.2.26. Deve implementar o protocolo ECMP;
 - 3.1.2.27. Deve permitir monitorar via SNMP falhas de hardware, uso de recursos por número elevado de sessões, conexões por segundo, número de túneis estabelecidos na VPN, CPU, memória, status do cluster, ataques e estatísticas de uso das interfaces de rede;
 - 3.1.2.28. Deve ser capaz de enviar logs para sistema de monitoramento externo e ser compatível com o software QRadar, utilizado pelo TRE-PR;
 - 3.1.2.29. Deve haver a opção de enviar logs para os sistemas de monitoração externos via protocolo TCP e SSL;
 - 3.1.2.30. Deve possuir proteção anti-spoofing;
 - 3.1.2.31. Deve suportar roteamento estático e dinâmico (RIPv2, BGP e OSPFv2) para IPv4;
 - 3.1.2.32. Suportar OSPF graceful restart;
 - 3.1.2.33. Deve suportar Modo Sniffer, para inspeção via porta espelhada do tráfego de dados da rede;

- 3.1.2.34. Deve suportar Modo Camada – 2 (L2), para inspeção de dados em linha e visibilidade do tráfego;
- 3.1.2.35. Deve suportar Modo Camada – 3 (L3), para inspeção de dados em linha e visibilidade do tráfego;
- 3.1.2.36. Deve suportar Modo misto de trabalho Sniffer, L2 e L3 em diferentes interfaces físicas;
- 3.1.2.37. Suporte a configuração de alta disponibilidade Ativo/Passivo ou Ativo/Ativo: Em modo transparente;
- 3.1.2.38. Suporte a configuração de alta disponibilidade Ativo/Passivo ou Ativo/Ativo: Em layer 3;
- 3.1.2.39. Suporte a configuração de alta disponibilidade Ativo/Passivo ou Ativo/Ativo: Em layer 3 e com no mínimo 2 equipamentos no cluster;
- 3.1.2.40. A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: Sessões;
- 3.1.2.41. A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: Configurações, incluindo, mas não limitado às políticas de Firewall, NAT, QOS e objetos de rede;
- 3.1.2.42. A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: Associações de Segurança das VPNs;
- 3.1.2.43. A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: Tabelas FIB;
- 3.1.2.44. O modo de Alta-Disponibilidade deve possibilitar monitoração de falha de link;
- 3.1.2.45. Deve possuir suporte à criação de sistemas virtuais no mesmo appliance;
- 3.1.2.46. Em alta disponibilidade, deve ser possível o uso de clusters virtuais, seja ativo-ativo ou ativo-passivo, permitindo a distribuição de carga entre diferentes contextos;
- 3.1.2.47. O gerenciamento da solução deve suportar acesso via SSH e interface WEB (HTTPS), incluindo, mas não limitado à, exportar configuração dos sistemas virtuais (contextos) por ambas interfaces;
- 3.1.2.48. Efetuar controle, inspeção e descryptografia de SSL para tráfego de entrada (Inbound) e Saída (Outbound), sendo que deve suportar o controle dos certificados individualmente dentro de cada sistema virtual, ou seja, isolamento das operações de adição, remoção e utilização dos certificados diretamente nos sistemas virtuais (contextos);
- 3.1.2.49. A solução deve identificar potenciais vulnerabilidades e destacar as melhores práticas que poderiam ser usadas para melhorar a segurança e o desempenho geral de uma rede;
- 3.1.2.50. O console de administração deve suportar pelo menos inglês;
- 3.1.2.51. O console deve suportar o gerenciamento de pontos de acesso wireless;

3.1.3. Controle por Política de Firewall:

- 3.1.3.1. Deverá suportar controles por zona de segurança;
- 3.1.3.2. Efetuar controles de políticas por porta e protocolo;
- 3.1.3.3. Efetuar controle de políticas por aplicações, grupos estáticos de aplicações, grupos dinâmicos de aplicações (baseados em características e comportamento das aplicações) e categorias de aplicações;
- 3.1.3.4. Deve efetuar controle de políticas por usuários, grupos de

- usuários, IPs, redes e zonas de segurança;
- 3.1.3.5. Deve suportar a automação de situações como detecção de equipamentos comprometidos, status do sistema, alterações de configuração, eventos específicos e aplicar uma ação que pode ser notificação, bloqueio de um computador, execução de scripts ou funções em nuvem pública;
 - 3.1.3.6. Deve suportar o padrão de indústria 'syslog' protocol para armazenamento usando o formato Common Event Format (CEF);
 - 3.1.3.7. Deve suportar objetos de endereço IPv4 e IPv6, consolidados na mesma regra/política de firewall
 - 3.1.3.8. Deve possuir base com objetos de endereço IP, de serviços da internet como Google e Office 365, atualizados dinamicamente pela solução;
 - 3.1.3.9. A solução deve oferecer suporte à integração nativa com a solução de sandbox, proteção de email, cache e firewall de aplicativos da Web.

3.1.4. Controle de Aplicações:

- 3.1.4.1. Os dispositivos de proteção de rede deverão possuir a capacidade de reconhecer aplicações, independente de porta e protocolo;
- 3.1.4.2. Reconhecer pelo menos 1700 aplicações diferentes, incluindo, mas não limitado a: tráfego relacionado a peer-to-peer, redes sociais, acesso remoto, update de software, protocolos de rede, voip, áudio, vídeo, proxy, mensagens instantâneos, compartilhamento de arquivos, e-mail;
- 3.1.4.3. Reconhecer pelo menos as seguintes aplicações: bittorrent, gnutella, skype, facebook, linked-in, twitter, citrix, logmein, teamviewer, ms-rdp, vnc, gmail, youtube, http-proxy, http-tunnel, facebook chat, gmail chat, whatsapp, 4shared, dropbox, google drive, skydrive, db2, mysql, oracle, active directory, kerberos, ldap, radius, itunes, dhcp, ftp, dns, wins, msrpc, ntp, snmp, rpc over http, gotomeeting, webex, evernote, google-docs;
- 3.1.4.4. Identificar o uso de táticas evasivas, ou seja, deve ter a capacidade de visualizar e controlar as aplicações e os ataques que utilizam táticas evasivas via comunicações criptografadas, tais como Skype e utilização da rede Tor;
- 3.1.4.5. Para tráfego criptografado SSL, deve de-criptografar pacotes a fim de possibilitar a leitura de payload para checagem de assinaturas de aplicações conhecidas pelo fabricante;
- 3.1.4.6. Identificar o uso de táticas evasivas via comunicações criptografadas;
- 3.1.4.7. Atualizar a base de assinaturas de aplicações automaticamente;
- 3.1.4.8. Deve estar apto a limitar a banda (download/upload) usada por aplicações (traffic shaping), baseado no IP de origem, usuários e grupos;
- 3.1.4.9. Permitir a criação de assinaturas personalizadas para reconhecimento de aplicações proprietárias na própria interface gráfica da solução, sem a necessidade de ação do fabricante;
- 3.1.4.10. O fabricante deve permitir a solicitação de inclusão de

- aplicações na base de assinaturas de aplicações;
- 3.1.4.11. Deve possibilitar a diferenciação de tráfegos Peer2Peer (Bittorrent, emule, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 3.1.4.12. Deve possibilitar a diferenciação de tráfegos de Instant Messaging (AIM, Hangouts, Facebook Chat, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 3.1.4.13. Deve possibilitar a diferenciação e controle de partes das aplicações como por exemplo permitir o Hangouts chat e bloquear a chamada de vídeo;
- 3.1.4.14. Deve possibilitar a diferenciação de aplicações Proxies (psiphon, freegate, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 3.1.4.15. Deve ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: Tecnologia utilizada nas aplicações (Client-Server, Browse Based, Network Protocol, etc);
- 3.1.4.16. Deve ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: Nível de risco da aplicação;
- 3.1.4.17. Deve ser possível a criação de grupos estáticos de aplicações baseados em características das aplicações como: Categoria da aplicação;
- 3.1.4.18. Deve ser possível configurar Application Override permitindo selecionar aplicações individualmente.

3.1.5. Prevenção de Ameaças:

- 3.1.5.1. Para este item a solução deve suportar o licenciamento futuro com suporte a performance do item 3.1.6;
- 3.1.5.2. Para proteção do ambiente contra ataques, os dispositivos de proteção devem possuir módulo de IPS, Antivírus e Anti-Spyware integrados no próprio appliance de firewall;
- 3.1.5.3. Deve incluir assinaturas de prevenção de intrusão (IPS) e bloqueio de arquivos maliciosos (Antivírus e Anti-Spyware);
- 3.1.5.4. As funcionalidades de IPS, Antivírus e Anti-Spyware devem operar em caráter permanente, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado, mesmo que não subsista o direito de receber atualizações ou que não haja contrato de garantia de software com o fabricante;
- 3.1.5.5. Deve sincronizar as assinaturas de IPS, Antivírus, Anti-Spyware quando implementado em alta disponibilidade;
- 3.1.5.6. Deve suportar granularidade nas políticas de IPS, Antivírus e Anti-Spyware, possibilitando a criação de diferentes políticas por zona de segurança, endereço de origem, endereço de destino, serviço e a combinação de todos esses itens;
- 3.1.5.7. Deve permitir o bloqueio de vulnerabilidades;
- 3.1.5.8. Deve incluir proteção contra ataques de negação de serviços;
- 3.1.5.9. Deverá possuir o seguinte mecanismos de inspeção de IPS: Análise de decodificação de protocolo;
- 3.1.5.10. Deverá possuir o seguinte mecanismos de inspeção de IPS: Análise para detecção de anomalias de protocolo;
- 3.1.5.11. Deverá possuir o seguinte mecanismos de inspeção de IPS: IP Defragmentation;
- 3.1.5.12. Deverá possuir o seguinte mecanismos de inspeção de IPS:

- 3.1.5.13. Remontagem de pacotes de TCP;
Deverá possuir o seguinte mecanismos de inspeção de IPS:
Bloqueio de pacotes malformados;
- 3.1.5.14. Ser imune e capaz de impedir ataques básicos como: Syn flood, ICMP flood, UDP flood, etc;
- 3.1.5.15. Detectar e bloquear a origem de port scans;
- 3.1.5.16. Bloquear ataques efetuados por worms conhecidos;
- 3.1.5.17. Possuir assinaturas específicas para a mitigação de ataques DoS e DDoS;
- 3.1.5.18. Possuir assinaturas para bloqueio de ataques de buffer overflow;
- 3.1.5.19. Deverá possibilitar a criação de assinaturas customizadas pela interface gráfica do produto;
- 3.1.5.20. Identificar e bloquear comunicação com botnets;
- 3.1.5.21. Registrar na console de monitoração as seguintes informações sobre ameaças identificadas: O nome da assinatura ou do ataque, aplicação, usuário, origem e o destino da comunicação, além da ação tomada pelo dispositivo;
- 3.1.5.22. Deve suportar a captura de pacotes (PCAP), por assinatura de IPS ou controle de aplicação;
- 3.1.5.23. Deve possuir a função de proteção a resolução de endereços via DNS, identificando requisições de resolução de nome para domínios maliciosos de botnets conhecidas;
- 3.1.5.24. Os eventos devem identificar o país de onde partiu a ameaça;
- 3.1.5.25. Deve incluir proteção contra vírus em conteúdo HTML e javascript, software espião (spyware) e worms;
- 3.1.5.26. Possuir proteção contra downloads involuntários usando HTTP de arquivos executáveis e maliciosos;
- 3.1.5.27. Deve ser possível a configuração de diferentes políticas de controle de ameaças e ataques baseado em políticas do firewall considerando Usuários, Grupos de usuários, origem, destino, zonas de segurança, etc, ou seja, cada política de firewall poderá ter uma configuração diferentes de IPS, sendo essas políticas por Usuários, Grupos de usuário, origem, destino, zonas de segurança;
- 3.1.5.28. Suportar e estar licenciado com proteção contra ataques de dia zero por meio de integração com solução de Sandbox em nuvem, do mesmo fabricante;
- 3.1.5.29. Mesmo sem o licenciamento deste recurso de Proteção de Ameaças, deve ser possível criar assinaturas de modo manual para tratar a inspeção até a camada 7 do modelo OSI (Aplicação).

3.1.6. Filtro de URL:

- 3.1.6.1. Para este item a solução deve suportar o licenciamento futuro;
- 3.1.6.2. Permite especificar política por tempo, ou seja, a definição de regras para um determinado horário ou período (dia, mês, ano, dia da semana e hora);
- 3.1.6.3. Deve possuir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais URLs através da integração com serviços de diretório, Active Directory e base de dados local, em modo de proxy transparente e explícito;

- 3.1.6.4. Suportar a capacidade de criação de políticas baseadas no controle por URL e categoria de URL;
- 3.1.6.5. Deve possuir base ou cache de URLs local no appliance ou em nuvem do próprio fabricante, evitando delay de comunicação/validação das URLs;
- 3.1.6.6. Possuir pelo menos 60 categorias de URLs;
- 3.1.6.7. Deve possuir a função de exclusão de URLs do bloqueio, por categoria;
- 3.1.6.8. Permitir a customização de página de bloqueio;
- 3.1.6.9. Permitir o bloqueio e continuação (possibilitando que o usuário acesse um site potencialmente bloqueado informando o mesmo na tela de bloqueio e possibilitando a utilização de um botão Continuar para permitir o usuário continuar acessando o site);
- 3.1.6.10. Além do Explicit Web Proxy, suportar proxy Web transparente;
- 3.1.6.11. Mesmo sem o licenciamento deste recurso, deve ser possível criar regras de filtro URL de modo manual com suporte a expressões regulares.

3.1.7. Identificação de Usuários:

- 3.1.7.1. Deve incluir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais aplicações através da integração com serviços de diretório, autenticação via LDAP, Active Directory, E-directory e base de dados local;
- 3.1.7.2. Deve possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;
- 3.1.7.3. Deve possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle / políticas baseadas em usuários e grupos de usuários, suportando single sign-on. Essa funcionalidade não deve possuir limites licenciados de usuários ou qualquer tipo de restrição de uso como, mas não limitado à, utilização de sistemas virtuais, segmentos de rede, etc;
- 3.1.7.4. Deve possuir integração com Radius para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle / políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;
- 3.1.7.5. Deve possuir integração com LDAP para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle / políticas baseadas em Usuários e Grupos de usuários;
- 3.1.7.6. Deve permitir o controle, sem instalação de cliente de software, em equipamentos que solicitem saída a internet para que antes de iniciar a navegação, expanda-se um portal de autenticação residente no firewall (Captive Portal);
- 3.1.7.7. Deve possuir suporte a identificação de múltiplos usuários conectados em um mesmo endereço IP em ambientes Citrix e Microsoft Terminal Server, permitindo visibilidade e controle granular por usuário sobre o uso das aplicações que estão nestes serviços;
- 3.1.7.8. Deve implementar a criação de grupos customizados de usuários no firewall, baseado em atributos do LDAP/AD;
- 3.1.7.9. Permitir integração com tokens para autenticação dos usuários, incluindo, mas não limitado a acesso a internet e

- gerenciamento da solução;
- 3.1.7.10. Prover no mínimo um token nativamente, possibilitando autenticação de duplo fator.

3.1.8. QoS e Traffic Shaping:

- 3.1.8.1. Com a finalidade de controlar aplicações e tráfego cujo consumo possa ser excessivo, (como Youtube, Ustream, etc) e ter um alto consumo de largura de banda, se requer que a solução, além de poder permitir ou negar esse tipo de aplicações, deve ter a capacidade de controlá-las por políticas de máxima largura de banda quando forem solicitadas por diferentes usuários ou aplicações, tanto de áudio como de vídeo streaming;
- 3.1.8.2. Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por endereço de origem;
- 3.1.8.3. Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por endereço de destino;
- 3.1.8.4. Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por usuário e grupo;
- 3.1.8.5. Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por aplicações, incluindo, mas não limitado a Skype, Bittorrent, YouTube e Azureus;
- 3.1.8.6. Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por porta;
- 3.1.8.7. O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda garantida;
- 3.1.8.8. O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda máxima;
- 3.1.8.9. O QoS deve possibilitar a definição de fila de prioridade;
- 3.1.8.10. Suportar marcação de pacotes Diffserv, inclusive por aplicação;
- 3.1.8.11. Suportar modificação de valores DSCP para o Diffserv;
- 3.1.8.12. Suportar priorização de tráfego usando informação de Type of Service;
- 3.1.8.13. Deve suportar QOS (traffic-shapping), em interface agregadas ou redundantes.

3.1.9. Filtro de Dados:

- 3.1.9.1. Permitir a criação de filtros para arquivos e dados pré-definidos;
- 3.1.9.2. Os arquivos devem ser identificados por extensão e tipo;
- 3.1.9.3. Permitir identificar e opcionalmente prevenir a transferência de vários tipos de arquivos (MS Office, PDF, etc) identificados sobre aplicações (HTTP, FTP, SMTP, etc);
- 3.1.9.4. Suportar identificação de arquivos compactados ou a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos;
- 3.1.9.5. Suportar a identificação de arquivos criptografados e a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos;
- 3.1.9.6. Permitir identificar e opcionalmente prevenir a transferência de informações sensíveis, incluindo, mas não limitado a número de cartão de crédito, possibilitando a criação de novos tipos de

dados via expressão regular.

3.1.10. Geolocalização:

- 3.1.10.1. Suportar a criação de políticas por geolocalização, permitindo o tráfego de determinado País / Países sejam bloqueados;
- 3.1.10.2. Deve possibilitar a visualização dos países de origem e destino nos logs dos acessos;
- 3.1.10.3. Deve possibilitar a criação de regiões geográficas pela interface gráfica e criar políticas utilizando as mesmas.

3.1.11. VPN:

- 3.1.11.1. Suportar VPN Site-to-Site e Client-To-Site;
- 3.1.11.2. Suportar IPSEC VPN;
- 3.1.11.3. Suportar SSL VPN;
- 3.1.11.4. A VPN IPSEC deve suportar Autenticação MD5 e SHA-1;
- 3.1.11.5. A VPN IPSEC deve suportar Diffie-Hellman Group 1, Group 2, Group 5 e Group 14;
- 3.1.11.6. A VPN IPSEC deve suportar Algoritmo Internet Key Exchange (IKEv1 e v2);
- 3.1.11.7. A VPN IPSEC deve suportar AES 128, 192 e 256 (Advanced Encryption Standard);
- 3.1.11.8. Deve possuir interoperabilidade com os seguintes fabricantes: Cisco, Check Point, Juniper, Palo Alto Networks, Fortinet, SonicWall;
- 3.1.11.9. Suportar VPN em IPv4 e IPv6, assim como tráfego IPv4 dentro de túneis IPSEC IPv6;
- 3.1.11.10. Deve permitir habilitar e desabilitar túneis de VPN IPSEC a partir da interface gráfica da solução, facilitando o processo de troubleshooting;
- 3.1.11.11. Deve permitir que todo o tráfego dos usuários remotos de VPN seja escoado para dentro do túnel de VPN, impedindo comunicação direta com dispositivos locais como proxies;
- 3.1.11.12. Deve permitir criar políticas de controle de aplicações, IPS, Antivírus, Antispyware e filtro de URL para tráfego dos clientes remotos conectados na VPN SSL;
- 3.1.11.13. Suportar autenticação via AD/LDAP, Secure id, certificado e base de usuários local;
- 3.1.11.14. Permitir a aplicação de políticas de segurança e visibilidade para as aplicações que circulam dentro dos túneis SSL;
- 3.1.11.15. Deverá manter uma conexão segura com o portal durante a sessão;
- 3.1.11.16. O agente de VPN SSL ou IPSEC client-to-site deve ser compatível com pelo menos: Windows 7 (32 e 64 bit), Windows 8 (32 e 64 bit), Windows 10 (32 e 64 bit) e Mac OS X (v10.10 ou superior);
- 3.1.11.17. Deve suportar agregação de túneis IPSEC
- 3.1.11.18. Deve suportar algoritmo de balanceamento do tipo WRR (Weighted Round Robin) em agregação de túneis IPSEC
- 3.1.11.19. A VPN IPSEC deve suportar Forward Error Correction (FEC)
- 3.1.11.20. Deve suportar TLS 1.2 em VPN SSL.

3.1.12. Wireless Controller:

- 3.1.12.1. Deverá administrar e controlar de maneira centralizada os pontos de acesso wireless do mesmo fabricante da solução ofertada;
- 3.1.12.2. Quaisquer licenças e/ou softwares necessários para plena execução de todas as características descritas neste termo de referência deverão ser fornecidos;
- 3.1.12.3. Deve permitir a conexão de dispositivos wireless que implementem os padrões IEEE 802.11a/b/g/n/ac e que transmitam tráfego IPv4 e IPv6 através do controlador;
- 3.1.12.4. A solução deverá ser capaz de gerenciar pontos de acesso do tipo indoor e outdoor;
- 3.1.12.5. O controlador wireless deve permitir ser descoberto automaticamente pelos pontos de acesso através de Broadcast, DHCP e consulta DNS;
- 3.1.12.6. A solução deve otimizar o desempenho e a cobertura wireless (RF) nos pontos de acesso por ela gerenciados, realizando automaticamente o ajuste de potência e a distribuição adequada de canais a serem utilizados. A solução deve permitir ainda desabilitar o ajuste automático de potência e canais quando necessário;
- 3.1.12.7. Permitir agendar dia e horário em que ocorrerá a otimização do provisionamento automático de canais nos Access Points;
- 3.1.12.8. O encaminhamento de tráfego dos dispositivos conectados à rede sem fio deve ocorrer de forma centralizada através de túnel estabelecido entre o ponto de acesso e o controlador wireless. Neste modo todos os pacotes devem ser tunelados até o controlador wireless;
- 3.1.12.9. Quando tunelado, o tráfego deve ser criptografado através de DTLS ou IPSEC;
- 3.1.12.10. Deve permitir o gerenciamento de pontos de acesso conectados remotamente através de links WAN. Neste cenário o encaminhamento de tráfego dos dispositivos conectados à rede sem fio deve ocorrer de forma distribuída (local switching), ou seja, o tráfego deve ser comutado localmente na interface LAN do ponto de acesso e não necessitará de tunelamento até o controlador wireless;
- 3.1.12.11. Quando o encaminhamento do tráfego for distribuído (local switching) e a autenticação via PSK, caso haja falha na comunicação entre os pontos de acesso e o controlador wireless, os usuários associados devem permanecer associados aos pontos de acesso e ao mesmo SSID. Deve ser possível ainda permitir a conexão de novos usuários à rede wireless;
- 3.1.12.12. A solução deve permitir definir quais redes serão tuneladas até a controladora e quais redes serão comutadas diretamente pela interface do ponto de acesso;
- 3.1.12.13. A solução deve suportar recurso de Split-Tunneling de forma que seja possível definir, através das sub redes de destino, quais pacotes serão tunelados até a controladora e quais serão comutados localmente na interface do ponto de acesso;
- 3.1.12.14. A solução deve implementar recursos que possibilitem a identificação de interferências provenientes de equipamentos que operem nas frequências de 2.4GHz e 5GHz;
- 3.1.12.15. A solução deverá detectar Receiver Start of Packet (RX-SOP) em pacotes wireless e ser capaz de ignorar os pacotes que

- estejam abaixo de determinado limiar especificado dBm;
- 3.1.12.16. A solução deve permitir o balanceamento de carga dos usuários conectados à infraestrutura wireless de forma automática. A distribuição dos usuários entre os pontos de acesso próximos deve ocorrer sem intervenção humana e baseada em critérios como número de dispositivos associados em cada ponto de acesso;
- 3.1.12.17. A solução deve possuir mecanismos para detecção e mitigação de pontos de acesso não autorizados, também conhecidos como Rogue APs. A mitigação deverá ocorrer de forma automática e baseada em critérios, tais como: intensidade de sinal ou SSID. Os pontos de acesso gerenciados pela solução devem evitar a conexão de clientes em pontos de acesso não autorizados;
- 3.1.12.18. A solução deve identificar automaticamente pontos de acesso intrusos que estejam conectados na rede cabeada (LAN). A solução deve ser capaz de identificar o ponto de acesso intruso mesmo quando o MAC Address da interface LAN for ligeiramente diferente (adjacente) do MAC Address da interface WLAN;
- 3.1.12.19. A solução deve detectar os pontos de acesso não autorizados e/ou intrusos através de rádios dedicados para a função de análise ou através de Off-channel/Background scanning. Quando realizada através de Off-channel/Background scanning, a solução deve ser capaz de identificar a utilização do ponto de acesso para, caso necessário, atrasar a análise e desta forma não prejudicar os clientes conectados;
- 3.1.12.20. A solução deve permitir a configuração individual dos rádios do ponto de acesso para que operem no modo monitor, ou seja, com função dedicada para detectar ameaças na rede sem fio e com isso permitir maior flexibilidade no design da rede wireless;
- 3.1.12.21. A solução deve permitir a adição de controlador redundante operando em N+1. Neste modo, o controlador redundante deve monitorar a disponibilidade e sincronizar as configurações do principal, além de assumir todas as funções em caso de falha do controlador primário. Desta forma, todos os pontos de acesso devem se associar automaticamente ao controlador redundante que passará a ter função de primário de forma temporária;
- 3.1.12.22. A solução deve permitir o agrupamento de VLANs para que sejam distribuídas múltiplas sub redes em um determinado SSID, reduzindo assim o broadcast e aumentando a disponibilidade de endereços IP;
- 3.1.12.23. A solução deve permitir a criação de múltiplos domínios de mobilidade (SSID) com configurações distintas de segurança e rede. Deve ser possível especificar em quais pontos de acesso ou grupos de pontos de acesso que cada domínio será habilitado;
- 3.1.12.24. A solução deve garantir ao administrador da rede determinar os horários e dias da semana que as redes (SSIDs) estarão disponíveis aos usuários; Deve permitir restringir o número máximo de dispositivos conectados por ponto de acesso e por rádio;
- 3.1.12.25. A solução deve implementar o padrão IEEE 802.11r para

- acelerar o processo de roaming dos dispositivos através do recurso conhecido como Fast Roaming;
- 3.1.12.26. A solução deve implementar o padrão IEEE 802.11k para permitir que um dispositivo conectado à rede wireless identifique rapidamente outros pontos de acesso disponíveis em sua área para que ele execute o roaming;
- 3.1.12.27. A solução deve implementar o padrão IEEE 802.11v para permitir que a rede influencie as decisões de roaming do cliente conectado através do fornecimento de informações complementares, tal como a carga de utilização dos pontos de acesso que estão próximos;
- 3.1.12.28. A solução deve implementar o padrão IEEE 802.11w para prevenir ataques à infraestrutura wireless;
- 3.1.12.29. A solução deve suportar priorização via WMM e permitir a tradução dos valores para DSCP quando os pacotes forem destinados à rede cabeada;
- 3.1.12.30. A solução deve implementar técnicas de Call Admission Control para limitar o número de chamadas simultâneas;
- 3.1.12.31. A solução deve apresentar informações sobre os dispositivos conectados à infraestrutura wireless e informar ao menos as seguintes informações: Nome do usuário conectado ao dispositivo, Fabricante e sistema operacional do dispositivo, Endereço IP, SSID ao qual está conectado, Ponto de acesso ao qual está conectado, Canal ao qual está conectado, Banda transmitida e recebida (em Kbps), intensidade do sinal considerando o ruído em dB (SNR), capacidade MIMO e horário da associação;
- 3.1.12.32. Para garantir uma melhor distribuição de dispositivos entre as frequências disponíveis e resultar em melhorias na utilização da radiofrequência, a solução deve ser capaz de distribuir automaticamente os dispositivos dual-band para que conectem primariamente em 5GHz através do recurso conhecido como Band Steering;
- 3.1.12.33. A solução deve permitir a configuração de quais data rates estarão ativos na ferramenta e quais serão desabilitados para as frequências de 2.4 e 5GHz e padrões 802.11a/b/g/n/ac;
- 3.1.12.34. A solução deve possuir recurso capaz de converter pacotes Multicast em pacotes Unicast quando forem encaminhados aos dispositivos que estiverem conectados à infraestrutura wireless, melhorando assim o consumo de Airtime;
- 3.1.12.35. A solução deve suportar recurso que ignore Probe Requests de clientes que estejam com sinal fraco ou distantes. Deve permitir definir o limiar para que os Probe Requests sejam ignorados;
- 3.1.12.36. A solução deve permitir a configuração do valor de Short Guard Interval para 802.11n e 802.11ac em 5GHz;
- 3.1.12.37. A solução deve implementar recurso conhecido como Airtime Fairness (ATF) para controlar o uso de airtime alocando porcentagens a serem utilizadas nos SSIDs;
- 3.1.12.38. A solução deve implementar mecanismos de proteção para identificar ataques à infraestrutura wireless. Ao menos os seguintes ataques devem ser identificados:
- 3.1.12.39. Ataques de flood contra o protocolo EAPOL (EAPOL Flooding);
- 3.1.12.40. Os seguintes ataques de negação de serviço:

- 3.1.12.40.1. Association Flood, Authentication Flood, Broadcast Deauthentication e Spoofed Deauthentication;
 - 3.1.12.40.2. ASLEAP;
 - 3.1.12.40.3. Null Probe Response / Null SSID Probe Response;
 - 3.1.12.40.4. Long Duration;
 - 3.1.12.40.5. Ataques contra Wireless Bridges;
 - 3.1.12.40.6. Weak WEP;
 - 3.1.12.40.7. Invalid MAC OUI.
-
- 3.1.12.41. A solução deve implementar mecanismos de proteção para mitigar ataques à infraestrutura wireless. Ao menos ataques de negação de serviço devem ser mitigados pela infraestrutura através do envio de pacotes de deauthentication;
 - 3.1.12.42. A solução deve implementar mecanismos de proteção contra ataques do tipo ARP Poisoning na rede wireless;
 - 3.1.12.43. A solução deve monitorar e classificar o risco das aplicações acessadas pelos clientes wireless;
 - 3.1.12.44. Permitir configurar o bloqueio na comunicação entre os clientes wireless conectados a um determinado SSID;
 - 3.1.12.45. Deve implementar autenticação administrativa através do protocolo RADIUS;
 - 3.1.12.46. Em conjunto com os pontos de acesso, a solução deve implementar os seguintes métodos de autenticação: WPA (TKIP) e WPA2 (AES);
 - 3.1.12.47. Em conjunto com os pontos de acesso, a solução deve ser compatível e implementar o método de autenticação WPA3;
 - 3.1.12.48. A solução deve permitir a configuração de múltiplas chaves de autenticação PSK para utilização em um determinado SSID;
 - 3.1.12.49. Quando usando o recurso de múltiplas chaves PSK, a solução deve permitir a definição de limite quanto ao número de conexões simultâneas para cada chave criada;
 - 3.1.12.50. A solução deve implementar o protocolo IEEE 802.1X com associação dinâmica de VLANs para os usuários com base nos atributos fornecidos pelos servidores RADIUS;
 - 3.1.12.51. A solução deve implementar o mecanismo de mudança de autorização dinâmica para 802.1X, conhecido como RADIUS CoA (Change of Authorization) para autenticações 802.1X;
 - 3.1.12.52. A solução deve suportar os seguintes métodos de autenticação EAP: EAP-AKA, EAP-SIM, EAP-FAST, EAP-TLS, EAP-TTLS e PEAP;
 - 3.1.12.53. A solução deve implementar recurso para autenticação dos usuários através da página web HTTPS, também conhecido como Captive Portal. A solução deve limitar o acesso dos usuários enquanto estes não informarem as credenciais válidas para acesso à rede;
 - 3.1.12.54. A solução deve permitir a hospedagem do captive portal na memória interna do controlador wireless;
 - 3.1.12.55. A solução deve permitir a customização da página de autenticação, de forma que o administrador de rede seja capaz de alterar o código HTML da página web formatando texto e inserindo imagens;
 - 3.1.12.56. A solução deve permitir a coleta de endereço de e-mail dos usuários como método de autorização para ingresso à rede;
 - 3.1.12.57. A solução deve permitir que a página de autenticação seja

- hospedada em servidor externo;
- 3.1.12.58. A solução deve permitir o cadastramento de contas para usuários visitantes na memória interna. A solução deve permitir ainda que seja definido um prazo de validade para a conta criada;
- 3.1.12.59. A solução deve garantir que usuários se autenticuem em captive portal que faça uso de endereço IPv6;
- 3.1.12.60. A solução deve possuir interface gráfica para administração e gerenciamento das contas de usuários visitantes, não permitindo acesso às demais funções de administração da solução;
- 3.1.12.61. Após a criação de um usuário visitante, a solução deve enviar as credenciais por e-mail para o usuário cadastrado;
- 3.1.12.62. A solução deve implementar recurso de DHCP Server (IPv4 e IPv6) para facilitar a configuração de redes visitantes;
- 3.1.12.63. A solução deve identificar automaticamente o tipo de equipamento e sistema operacional utilizado pelo dispositivo conectado à rede wireless;
- 3.1.12.64. A solução deve permitir que os usuários sejam capazes de acessar serviços disponibilizados através do protocolo Bonjour (L2) e que estejam hospedados em outras subredes, tais como: AirPlay e Chromecast. Deve ser possível especificar em quais VLANs o serviço será disponibilizado;
- 3.1.12.65. A solução deve permitir a configuração de redes Mesh entre os pontos de acesso por ela gerenciados;
- 3.1.12.66. A solução deve permitir a configuração de rede Mesh entre pontos de acesso indoor e outdoor;
- 3.1.12.67. A solução deve permitir ser gerenciada através dos protocolos HTTPS e SSH via IPv4 e IPv6;
- 3.1.12.68. A solução deve permitir o envio dos logs para múltiplos servidores syslog externos;
- 3.1.12.69. A solução deve permitir ser gerenciada através do protocolo SNMP (v1, v2c e v3), além de emitir notificações através da geração de traps;
- 3.1.12.70. A solução deve permitir que softwares de gerenciamento realizem consultas diretamente nos pontos de acesso via protocolo SNMP;
- 3.1.12.71. A solução deve incluir suporte para as RFCs 1213 (MIB II) e RFC 2665 (Ethernet-like MIB);
- 3.1.12.72. A solução deve permitir a captura de pacotes na rede wireless e exportá-los em arquivos no formato .pcap;
- 3.1.12.73. A solução deve permitir a adição de planta baixa do pavimento para ilustrar graficamente a localização geográfica e status de operação dos pontos de acesso por ela gerenciados. Deve permitir a adição de plantas baixas nos seguintes formatos: JPEG, PNG, GIF ou CAD;
- 3.1.12.74. A solução deve apresentar graficamente a topologia lógica da rede, representar os elementos da rede gerenciados, além de informações sobre os usuários conectados com a quantidade de dados transmitidos e recebidos por eles;
- 3.1.12.75. A solução deve implementar o gerenciamento unificado e de forma gráfica para redes WiFi e redes cabeadas;
- 3.1.12.76. A solução deve permitir a atualização de firmware do controlador wireless mesmo quando conectado remotamente;
- 3.1.12.77. A solução deve permitir a identificação do firmware utilizado

- por cada ponto de acesso gerenciado e permitir a atualização individualizada através da interface gráfica;
- 3.1.12.78. A solução deve possuir ferramentas de diagnósticos e debug;
 - 3.1.12.79. A solução deve suportar comunicação com elementos externos através de APIs;
 - 3.1.12.80. A solução deverá ser compatível e gerenciar os pontos de acesso deste processo;

3.1.13. SD-WAN:

- 3.1.13.1.1. Deve implementar balanceamento de link por hash do IP de origem;
- 3.1.13.1.2. Deve implementar balanceamento de link por hash do IP de origem e destino;
- 3.1.13.1.3. Deve implementar balanceamento de link por peso. Nesta opção deve ser possível definir o percentual de tráfego que será escoado por cada um dos links.
- 3.1.13.1.4. Deve implementar balanceamento de link por custo configurado do link.
- 3.1.13.1.5. Deve suportar o balanceamento de, no mínimo, 5 links;
- 3.1.13.1.6. Deve suportar o balanceamento de links de interfaces físicas, sub-interfaces lógicas de VLAN e túneis IPSec
- 3.1.13.1.7. Deve suportar o balanceamento de links LTE (4G) sem restrições de uso, podendo ser usado em conjunto com outros links e não ser somente o backup para todos os outros links.
- 3.1.13.1.8. Deve implementar balanceamento de links sem a necessidade de criação de zonas ou uso de instâncias virtuais;
- 3.1.13.1.9. Deve gerar log de eventos que registrem alterações no estado dos links do SDWAN, monitorados pela checagem de saúde
- 3.1.13.1.10. Deve suportar Zero-Touch Provisioning
- 3.1.13.1.11. Possuir checagem do estado de saúde do Link baseando-se em critérios mínimos de: Latência, Jitter e Perda de Pacotes
- 3.1.13.1.12. Deve ser possível configurar a porcentagem de perda de pacotes e o tempo de latência e jitter, na medição de estado de link. Estes valores serão utilizados pela solução para decidir qual link será utilizado
- 3.1.13.1.13. A solução deve permitir modificar o intervalo de tempo de checagem, em segundos, para cada um dos links.
- 3.1.13.1.14. A checagem de estado de saúde deve suportar teste com Ping, HTTP e DNS
- 3.1.13.1.15. Suportar UDP Hole Punching em arquitetura ADVPN
- 3.1.13.1.16. A checagem de estado de saúde deve suportar a marcação de pacotes com DSCP, para avaliação mais precisa de links que possuem QoE configurado
- 3.1.13.1.17. As regras de escolha do link SD-WAN devem suportar o reconhecimento de aplicações, grupos de usuários, endereço IP de destino e Protocolo.
- 3.1.13.1.18. Deve suportar a configuração de nível mínimo de qualidade (latência, jitter e perda de pacotes) para que determinado link seja escolhido pelo SD-WAN
- 3.1.13.1.19. Deve suportar envio de BGP route-map para BGP

neighbors, caso a qualidade mínima de um link não seja detectada pela checagem de saúde do link.

3.1.14. Access Point:

- 3.1.14.1. O equipamento deve possuir uma antena integrada para acesso wi-fi de clientes. Se o equipamento ofertado não possuir esta antena, o atendimento a este item poderá ser composto com a entrega de um equipamento adicional para casa roteador remoto adquirido, conforme especificações do item 3 deste lote;
- 3.1.14.2. Quaisquer licenças e/ou softwares necessários para plena execução de todas as características descritas neste termo de referência deverão ser fornecidos;
- 3.1.14.3. Deve permitir a conexão de dispositivos wireless que implementem os padrões IEEE 802.11a/b/g/n/ac em Wave2;
- 3.1.14.4. Deve suportar operação nas faixas de frequência de 2.4GHz e 5GHz;
- 3.1.14.5. Deve suportar MU-MIMO 3x3;
- 3.1.14.6. Deve possuir antenas externas no equipamento com ganho mínimo de 5dBi em 2.4GHz e 3.5dBi em 5GHz;
- 3.1.14.7. Deve suportar uma potência de transmissão de no mínimo 20 dBm;
- 3.1.14.8. Deve suportar velocidades mínimas de 1300 Mbps em 5GHz e 450 Mbps em 2.4GHz;

3.2. Item 2 – Ponto de Acesso Wi-fi

- 3.2.1. Deve ser do tipo Indoor;
- 3.2.2. Deverá possuir três rádios, sendo eles:
 - 3.2.2.1. O primeiro rádio deve suportar Taxa de transmissão de no mínimo 574 Mbps e ser configurável para operar em 2.4GHz;
 - 3.2.2.2. O segundo rádio deve suportar Taxa de transmissão de no mínimo 1200 Mbps e operar em 5GHz;
 - 3.2.2.3. O terceiro rádio deverá operar em modo dedicado a escaneamento de radiofrequência 24/7 em 2.4GHz e 5GHz, provendo informações de WIDS, Rogue Scanning, etc;
- 3.2.3. Suportar no mínimo 512 (quinhentos e doze) usuários associados nos rádios 1 e 2;
- 3.2.4. Deverá possuir também um Rádio do Tipo BLE, além dos rádios explicitados acima;
- 3.2.5. Implementar as tecnologias 802.11 a/b/g/n/ac-W2/ax;
- 3.2.6. Implementar SU-MIMO 2x2;
- 3.2.7. Implementar 802.11ac Wave2 e 802.11ax (Wi-Fi6);
- 3.2.8. Implementar MU-MIMO;
- 3.2.9. Deve permitir que o terceiro rádio seja utilizado como analisador de espectro;
- 3.2.10. Implementar 802.11ac VHT 20/40/80 MHz;
- 3.2.11. Ter potência máxima de ao menos 23 dBm considerando 2.4GHz;
- 3.2.12. Sensibilidade RX de ao menos -86 dBm considerando tráfego em VHT40 para MCS 0;
- 3.2.13. Ter ao menos 3 antenas internas;
- 3.2.14. O ganho das antenas internas em 2.4GHz deve ser ao menos 4 dBi;
- 3.2.15. O ganho das antenas internas em 5GHz deve ser ao menos 5 dBi;
- 3.2.16. Ter 1 antena interna do tipo BLE;

- 3.2.17. A antena do tipo BLE deve possuir potência de ao menos 5 dBm;
- 3.2.18. Deve possuir 2 interfaces de rede operando em velocidades de 10/100/1000Mbps, sendo 1 com capacidade de alimentação do equipamento via PoE (PoE 802.3af);
- 3.2.19. Possuir interface de console;
- 3.2.20. Possuir local para conexão de trava Kensington;
- 3.2.21. Deve suportar temperatura de operação até 40 ° C;
- 3.2.22. Implementar Transmit Beamforming (TxBF);
- 3.2.23. Possuir certificado WPA3;
- 3.2.24. Deve permitir sua implementação em modo Bridge, Mesh e Tunel;
- 3.2.25. O Fabricante da solução deve possuir ferramenta própria de controle de acesso à rede (NAC), permitindo que posteriormente sejam implementados serviços como Device Profiling, descoberta de rede, Políticas de Controle de Acesso, Micro-Segmentação, Endpoint Compliance e autenticação avançada com Agentes.
- 3.2.26. Considerando que a presente contratação tem o objetivo de dar continuidade ao projeto de modernização da rede iniciado em 2020, para atendimento aos requisitos de compatibilidade e padronização da solução, os equipamentos a serem fornecidos neste item devem ser do fabricante Fortinet, modelo FortiAP 231F, ou superior.

3.3. Requisitos Mínimos de Funcionalidade - Características Gerais

- 3.3.1. Ponto de acesso (AP) que permita acesso dos dispositivos à rede através da wireless (sem fio) e que permita que as suas configurações sejam centralizadas em controlador wireless;
- 3.3.2. Deve suportar modo de operação centralizado, ou seja, sua operação depende do controlador wireless que é responsável por gerenciar as políticas de segurança, qualidade de serviço (QoS) e monitoramento da radiofrequência;
- 3.3.3. Deve acompanhar licença que permita que sejam habilitadas todas as suas funcionalidades;
- 3.3.4. Deve identificar automaticamente o controlador wireless ao qual se conectará;
- 3.3.5. Deve permitir ser gerenciado remotamente através de links WAN;
- 3.3.6. Deve possuir capacidade dual-band com rádios 2.4GHz e 5GHz operando simultaneamente, além de permitir configurações independentes para cada rádio;
- 3.3.7. O encaminhamento de tráfego dos dispositivos conectados à rede sem fio deve ocorrer de forma centralizada através de túnel estabelecido entre o ponto de acesso e controlador wireless. Neste modo todos os pacotes devem ser tunelados até o controlador wireless;
- 3.3.8. Quando tunelado, o tráfego deve ser criptografado através de DTLS ou IPSEC;
- 3.3.9. Deve permitir o gerenciamento de pontos de acesso conectados remotamente através de links WAN. Neste cenário o encaminhamento de tráfego dos dispositivos conectados à rede sem fio deve ocorrer de forma distribuída (local switching), ou seja, o tráfego deve ser comutado localmente na interface LAN do ponto de acesso e não necessitará de tunelamento até o controlador wireless;
- 3.3.10. Quando o encaminhamento do tráfego for distribuído (local switching) e a autenticação via PSK, caso haja falha na comunicação entre os pontos de acesso e o controlador wireless, os usuários associados devem permanecer associados aos pontos de acesso e ao mesmo

- SSID. Deve ser possível ainda permitir a conexão de novos usuários à rede wireless;
- 3.3.11. Em conjunto com o controlador wireless, deve otimizar o desempenho e a cobertura wireless (RF), realizando automaticamente o ajuste de potência e a distribuição adequada de canais a serem utilizados;
 - 3.3.12. Possuir funcionalidade de ajuste de potência automática de forma a estender cobertura no caso de falha de APs vizinhos gerenciados pela mesma controladora;
 - 3.3.13. Deve suportar mecanismos para detecção e mitigação de pontos de acesso não autorizados, também conhecidos como Rogue APs;
 - 3.3.14. Em conjunto com o controlador wireless, deve implementar mecanismos de proteção para identificar ataques à infraestrutura wireless (wIDS/wIPS);
 - 3.3.15. Em conjunto com o controlador wireless, deve permitir a criação de múltiplos domínios de mobilidade (SSID) com configurações distintas de segurança e rede;
 - 3.3.16. Em conjunto com o controlador wireless, deve implementar os seguintes métodos de autenticação: WPA (TKIP) e WPA2 (AES);
 - 3.3.17. Em conjunto com o controlador wireless, deve implementar o protocolo IEEE 802.1X com associação dinâmica de VLANs para os usuários com base nos atributos fornecidos pelos servidores RADIUS;
 - 3.3.18. Deve suportar os seguintes métodos de autenticação EAP: EAP-AKA, EAP-SIM, EAP-FAST, EAP-TLS, EAP-TTLS e PEAP;
 - 3.3.19. Deve implementar o padrão IEEE 802.11r para acelerar o processo de roaming dos dispositivos através do recurso conhecido como Fast Roaming;
 - 3.3.20. Deve implementar o padrão IEEE 802.11k para permitir que um dispositivo conectado à rede wireless identifique rapidamente outros pontos de acesso disponíveis em sua área para que ele execute o roaming;
 - 3.3.21. Deve implementar o padrão IEEE 802.11v para permitir que a rede influencie as decisões de roaming do cliente conectado através do fornecimento de informações complementares, tal como a carga de utilização dos pontos de acesso que estão próximos;
 - 3.3.22. Deve implementar o padrão IEEE 802.11e;
 - 3.3.23. Deve implementar o padrão IEEE 802.11h;
 - 3.3.24. Implementar agregação de pacotes A-MPDU e A-MSDU no Access Point;
 - 3.3.25. Implementar LPDC - Low Density Parity Check no Access Point;
 - 3.3.26. Implementar (MLD) - Maximum Likelihood Demodulation no Access Point;
 - 3.3.27. Implementar Maximum Ratio Combining (MRC) no Access Point;
 - 3.3.28. Deve possuir indicadores luminosos (LED) para indicação de status;
 - 3.3.29. Deve permitir sua alimentação através de Power Over Ethernet (PoE) conforme os padrões 802.3af ou 802.3at;
 - 3.3.30. O ponto de acesso deverá ser compatível e ser gerenciado pelos controladores wireless deste processo;
 - 3.3.31. Quaisquer licenças e/ou softwares necessários para plena execução de todas as características descritas neste termo de referência deverão ser fornecidos;
 - 3.3.32. Suportar, através de upgrade de licenciamento, método genérico para integração de dispositivos, usando o recebimento, envio, análise e interpretação de mensagens Syslog;
 - 3.3.33. Deve ser fornecido com garantia do tipo NBD para no mínimo 24 meses

- 3.3.34. Deve ser fornecido com kit de montagem para teto, permitindo que o Ponto de Acesso seja instalado em superfícies planas, como tetos;

3.4. Item 3 - Licenciamento do tipo I (Forticare) para firewall Fortigate 100F, período de 12 meses

- 3.4.1. Fornecimento de licenciamento do tipo Forticare, pelo período de 12 meses, para os equipamentos Fortigate 100F, do fabricante Fortinet em uso no TRE-PR;
- 3.4.1.1. Part number: FC-10-F100F-247-02-12
- 3.4.2. O licenciamento a ser fornecido deve permitir:
- 3.4.2.1. Manutenção de Hardware: Reparo e substituição de equipamentos em caso de defeitos;
- 3.4.2.2. Atualização de Software: Disponibilização de novas versões de software (firmware), funcionalidades, correções e atualizações de versões;
- 3.4.2.3. Suporte Técnico Especializado provido pela fabricante (ou integrador) para diagnóstico e solução de problemas;

3.5. Item 4 - Licenciamento do tipo II (UTP) para firewall Fortigate 100F, período de 12 meses

- 3.5.1. Fornecimento de licenciamento na modalidade na modalidade Unified Threat Protection (UTP), pelo período de 12 meses, para os equipamentos Fortigate 100F, do fabricante Fortinet em uso no TRE-PR;
- 3.5.1.1. Part number: FC-10-F100F-950-02-12
- 3.5.2. O licenciamento a ser fornecido deve permitir:
- 3.5.2.1. Manutenção de Hardware: Reparo e substituição de equipamentos em caso de defeitos;
- 3.5.2.2. Atualização de Software: Disponibilização de novas versões de software (firmware), funcionalidades, correções e atualizações de versões;
- 3.5.2.3. Suporte Técnico Especializado provido pela fabricante (ou integrador) para diagnóstico e solução de problemas;
- 3.5.3. O licenciamento aqui proposto deve permitir, pelo menos, a utilização das seguintes funcionalidades, conforme detalhado no item 1 deste mesmo documento:
- 3.5.3.1. Controle de Aplicações;
- 3.5.3.2. Prevenção de Ameaças;
- 3.5.3.3. Filtro de URL;
- 3.5.3.4. Filtro de Dados;
- 3.5.3.5. Geolocalização;

3.6. Item 5 - Licenciamento do tipo III (Forticare) para firewall FortWifi 40F, período de 12 meses

- 3.6.1. Fornecimento de licenciamento do tipo Forticare, pelo período de 12 meses, para os equipamentos Fortigate 40F, do fabricante Fortinet em uso no TRE-PR;
- 3.6.1.1. Part number: FC-10-W040F-247-02-12
- 3.6.2. O licenciamento a ser fornecido deve permitir:

- 3.6.2.1. Manutenção de Hardware: Reparo e substituição de equipamentos em caso de defeitos;
- 3.6.2.2. Atualização de Software: Disponibilização de novas versões de software (firmware), funcionalidades, correções e atualizações de versões;
- 3.6.2.3. Suporte Técnico Especializado provido pela fabricante (ou integrador) para diagnóstico e solução de problemas;

3.7. Item 6 - Licenciamento do tipo IV (UTP) para firewall FortiWifi 40F, período de 12 meses

- 3.7.1. Fornecimento de licenciamento na modalidade na modalidade Unified Threat Protection (UTP), pelo período de 12 meses, para os equipamentos Fortigate 40F, do fabricante Fortinet em uso no TRE-PR;
 - 3.7.1.1. Part number: FC-10-W040F-950-02-12
- 3.7.2. O licenciamento a ser fornecido deve permitir:
 - 3.7.2.1. Manutenção de Hardware: Reparo e substituição de equipamentos em caso de defeitos;
 - 3.7.2.2. Atualização de Software: Disponibilização de novas versões de software (firmware), funcionalidades, correções e atualizações de versões;
 - 3.7.2.3. Suporte Técnico Especializado provido pela fabricante (ou integrador) para diagnóstico e solução de problemas;
- 3.7.3. O licenciamento aqui proposto deve permitir, pelo menos, a utilização das seguintes funcionalidades, conforme detalhado no item 1 deste mesmo documento:
 - 3.7.3.1. Controle de Aplicações;
 - 3.7.3.2. Prevenção de Ameaças;
 - 3.7.3.3. Filtro de URL;
 - 3.7.3.4. Filtro de Dados;
 - 3.7.3.5. Geolocalização;

3.8. Item 7 - Suporte e garantia FortiNac- 4000 dispositivos gerenciados - 12 meses

- 3.8.1. Fornecimento de licenciamento do tipo Forticare, pelo período de 12 meses, para o software FortiNac, do fabricante Fortinet, instalado e em uso no TRE-PR;
 - 3.8.1.1. Part number: 40x FC2-10-FNAC0-240-02-12
- 3.8.2. O licenciamento a ser fornecido deve permitir:
 - 3.8.2.1. Atualização de Software: Disponibilização de novas versões de software (firmware), funcionalidades, correções e atualizações de versões;
 - 3.8.2.2. Suporte Técnico Especializado provido pela fabricante (ou integrador) para diagnóstico e solução de problemas;

3.9. Item 8 - Solução de Gerenciamento - Fortimanager-vm para 200 dispositivos

- 3.9.1. Fornecimento do software FortiManager-VM

- 3.9.1.1. Part Numbers: : 2 x FMG-VM-100-UG e 1 x FC3-10-M3004-248-02-24
- 3.9.2. A solução deve ser capaz de:
 - 3.9.2.1. Efetuar o gerenciamento centralizado orientado por automação de até 200 dispositivos do fabricante Fortinet instalados nas dependências do TRE-PR;
 - 3.9.2.2. Permitir a administração total e a visibilidade dos dispositivos de rede;
 - 3.9.2.3. Integrar-se com a arquitetura de segurança permitindo otimizar as atividades de monitoramento e gerenciamento do ambiente;
 - 3.9.2.4. Possuir, no mínimo, suporte para instalação em hypervisor VMware ESX/ESXi 6.5/6.7/7.0;
 - 3.9.2.5. Permitir a atualização de software/firmware pelo período 24 meses;

3.10. Item 9 - Solução de logs e relatórios - Fortianalyzer 100Gb/dia

- 3.10.1. Fornecimento do software Fortinet FortiAnalyzer com Part Numbers: 1 x FAZ-VM-GB100 e 1 x FC4-10-LV0VM-248-02-24
- 3.10.2. A solução a ser fornecida deve ser capaz de:
 - 3.10.2.1. FortiAnalyzer Virtual Appliance (FAZ-VM-BASE e FAZ-VM-GB25);
 - 3.10.2.2. Monitorar o tráfego e atividade da rede de dados do TRE-PR;
 - 3.10.2.3. Apresentar histórico e fornecer relatórios das atividades realizadas na
 - 3.10.2.4. administração e operação da solução, bem como de todo o tráfego controlado e
 - 3.10.2.5. monitorado pela mesma.
 - 3.10.2.6. Possuir capacidade de até 100GB diária de logs;
 - 3.10.2.7. Possuir capacidade de armazenamento mínimo de 10 TB;
 - 3.10.2.8. Possuir, no mínimo, suporte para instalação em hypervisor VMware ESX/ESXi 6.5/6.7/7.0;
 - 3.10.2.9. Permitir a atualização de software/firmware pelo período 24 meses;

3.11. Item 10 - Serviço de instalação da Solução de Gerenciamento - Fortimanager-vm

- 3.11.1. A realização dos serviços deve ser planejada de acordo com disponibilidade de ambas as partes. O planejamento anterior ao serviço deverá ser realizado de forma on-site nas dependências da CONTRATANTE;
- 3.11.2. O planejamento dos serviços de instalação deve resultar num documento tipo SOW (em tradução livre, escopo de trabalho). Neste documento devem conter a relação, descrição e quantidades dos produtos fornecidos, descrição da infraestrutura existente e desejada, detalhamento dos serviços que serão executados, premissas do projeto, locais e horários de execução dos serviços, condições de execução dos serviços, pontos de contato da CONTRATADA e CONTRATANTE, cronograma de execução do projeto em etapas,

com responsáveis e data de início e fim (se aplicável), relação da documentação a ser entregue ao final da execução dos serviços, responsabilidade da CONTRATADA, plano de gerenciamento de mudanças, itens excluídos no projeto e termo de aceite. Os serviços não poderão ser iniciados antes da apresentação e assinatura de concordância de ambas as partes;

- 3.11.3. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, devendo a CONTRATADA sugerir as configurações de acordo com normas técnicas e boas práticas, cabendo à CONTRATANTE a sua aceitação expressa ou recusa nos casos de não atendimento das condições estabelecidas;
- 3.11.4. Após a instalação, a solução deverá ser monitorada de forma remota pelo prazo mínimo de 8 (oito) horas corridas, observando as condições de funcionamento e performance dos equipamentos, sendo possível o troubleshooting em caso de problemas ou não conformidades na operação.
- 3.11.5. Ao final da instalação, deverá ser realizado o repasse de configurações hands-on, de forma remota ou presencial, apresentando as configurações realizadas nos equipamentos pelo prazo mínimo de 8 (oito) horas corridas;
- 3.11.6. Os serviços, que terão duração mínima de 24 horas úteis, deverão ser realizados por pessoal técnico experiente e certificado pelo fabricante dos equipamentos. A Contratante solicitará os comprovantes da qualificação profissional do(s) técnico(s) que executará(ão) os serviços, sendo direito da mesma a sua aceitação ou exigência de troca de profissional no caso de este não satisfazer às condições supramencionadas;
- 3.11.7. Ao término dos serviços deve ser criado um relatório detalhado contendo todos os itens configurados no projeto (relatório as-built), etapas de execução e toda informação pertinente para posterior continuidade e manutenção da solução instalada, como usuários e endereços de acesso, configurações realizadas e o resumo das configurações dos equipamentos.
 - 3.11.7.1. Este relatório deve ser enviado com todas as informações em até 15 (quinze) dias após a finalização dos serviços;
- 3.11.8. Todos os equipamentos atualmente em uso na contratada devem ser incluídos na solução de gerenciamento implantada;
- 3.11.9. Nos valores cotados devem estar inclusas todas as despesas com deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (onsite) nos locais de presença da CONTRATANTE.
- 3.11.10. Os funcionários da CONTRATADA deverão possuir todo o ferramental necessário ao exercício das suas atividades;
- 3.11.11. A CONTRATADA deverá garantir a confidencialidade das informações, dados e senhas compartilhadas da CONTRATANTE, conforme previsto neste edital;

- 3.11.12. As atividades deverão ser realizadas dentro do horário normal de funcionamento do TRE-PR, isto é, entre 12h e 19h;

A implantação não deverá se limitar somente às configurações aqui destacadas. Quaisquer novas funcionalidades suportadas poderão fazer parte do escopo do projeto. Estas informações serão documentadas no termo de abertura do projeto a ser documentado pela CONTRATADA após alinhamento do escopo de trabalho entre CONTRATADA e CONTRATANTE;

- 3.11.13. Durante as atividades realizadas na prestação do serviço, o técnico da CONTRATADA deverá demonstrar à equipe técnica de acompanhamento da CONTRATANTE como instalar e configurar os equipamentos e os softwares fornecidos (instalação assistida).

3.12. Item 11 - Serviço de instalação da Solução de logs e relatórios - Fortianalyzer

- 3.12.1. A realização dos serviços deve ser planejada de acordo com disponibilidade de ambas as partes. O planejamento anterior ao serviço deverá ser realizado de forma on-site nas dependências da CONTRATANTE;
- 3.12.2. O planejamento dos serviços de instalação deve resultar num documento tipo SOW (em tradução livre, escopo de trabalho). Neste documento devem conter a relação, descrição e quantidades dos produtos fornecidos, descrição da infraestrutura existente e desejada, detalhamento dos serviços que serão executados, premissas do projeto, locais e horários de execução dos serviços, condições de execução dos serviços, pontos de contato da CONTRATADA e CONTRATANTE, cronograma de execução do projeto em etapas, com responsáveis e data de início e fim (se aplicável), relação da documentação a ser entregue ao final da execução dos serviços, responsabilidade da CONTRATADA, plano de gerenciamento de mudanças, itens excluídos no projeto e termo de aceite. Os serviços não poderão ser iniciados antes da apresentação e assinatura de concordância de ambas as partes;
- 3.12.3. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, devendo a CONTRATADA sugerir as configurações de acordo com normas técnicas e boas práticas, cabendo à CONTRATANTE a sua aceitação expressa ou recusa nos casos de não atendimento das condições estabelecidas;
- 3.12.4. Após a instalação, a solução deverá ser monitorada de forma remota pelo prazo mínimo de 8 (oito) horas corridas, observando as condições de funcionamento e performance dos equipamentos, sendo possível o troubleshooting em caso de problemas ou não conformidades na operação.
- 3.12.5. Ao final da instalação, deverá ser realizado o repasse de configurações hands-on, de forma remota ou presencial,

apresentando as configurações realizadas nos equipamentos pelo prazo mínimo de 8 (oito) horas corridas;

- 3.12.6. Os serviços, que terão duração mínima de 24 horas úteis, deverão ser realizados por pessoal técnico experiente e certificado pelo fabricante dos equipamentos. A Contratante solicitará os comprovantes da qualificação profissional do(s) técnico(s) que executará(ão) os serviços, sendo direito da mesma a sua aceitação ou exigência de troca de profissional no caso de este não satisfazer às condições supramencionadas;
- 3.12.7. Ao término dos serviços deve ser criado um relatório detalhado contendo todos os itens configurados no projeto (relatório as-built), etapas de execução e toda informação pertinente para posterior continuidade e manutenção da solução instalada, como usuários e endereços de acesso, configurações realizadas e o resumo das configurações dos equipamentos.
 - 3.12.7.1. Este relatório deve ser enviado com todas as informações em até 15 (quinze) dias após a finalização dos serviços;
- 3.12.8. Todos os equipamentos atualmente em uso na contratada devem ser incluídos na solução de logs e relatórios a ser implantada;
- 3.12.9. Nos valores cotados devem estar inclusas todas as despesas com deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (onsite) nos locais de presença da CONTRATANTE.
- 3.12.10. Os funcionários da CONTRATADA deverão possuir todo o ferramental necessário ao exercício das suas atividades;
- 3.12.11. A CONTRATADA deverá garantir a confidencialidade das informações, dados e senhas compartilhadas da CONTRATANTE, conforme previsto neste Termo de Referência;
- 3.12.12. As atividades deverão ser realizadas dentro do horário normal de funcionamento do TRE-PR, isto é, entre 12h e 19h;
- 3.12.13. A implantação não deverá se limitar somente às configurações aqui destacadas. Quaisquer novas funcionalidades suportadas poderão fazer parte do escopo do projeto. Estas informações serão documentadas no termo de abertura do projeto a ser documentado pela CONTRATADA após alinhamento do escopo de trabalho entre CONTRATADA e CONTRATANTE;
- 3.12.14. Durante as atividades realizadas na prestação do serviço, o técnico da CONTRATADA deverá demonstrar à equipe técnica de acompanhamento da CONTRATANTE como instalar e configurar os equipamentos e os softwares fornecidos (instalação assistida).

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

4.1. DA ENTREGA DO OBJETO

4.1.1. Todos os equipamentos entregues devem ser de uma única marca e modelo.

4.1.1.1. A contratada deverá apresentar os equipamentos acondicionados conforme padrão do fabricante. A embalagem deve garantir a proteção do equipamento durante o transporte e estocagem, bem como conter a identificação do produto e demais informações que facilitem a verificação e manuseio dos mesmos.

4.1.2. Deverá ser fornecida documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.), no idioma português, e em quantidade necessária à instalação e à operação dos equipamentos;

4.1.3. A Contratada deverá fixar nos equipamentos chapa/etiqueta com número de controle patrimonial, a ser fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná juntamente com as instruções para fixação das mesmas.

4.1.4. Todas as licenças mencionadas na presente contratação devem ser entregues no mínimo em formato digital, com a possibilidade de constante comprovação e verificação de todas as características e informações. Caso seja necessário encaminhamento de informações ou artefatos referentes ao licenciamento, poderá ser utilizado o e-mail da Seção de Rede: rede@tre-pr.jus.br, ou qualquer outro endereço acordado para a comunicação entre as partes.

4.1.5. **DO LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Os equipamentos deverão ser entregues e os serviços prestados na Seção de Rede deste Tribunal, mediante agendamento pelo telefone 41 - 3330-8628.

4.1.5.1. A entrega dos equipamentos e a prestação de serviços deverão ser feitos em dias úteis – segunda a sexta-feira – no horário compreendido entre as 13 e as 19 horas, podendo também ocorrer, caso o TRE julgue necessário, em sábados, domingos e feriados.

4.1.6. DO PRAZO DE ENTREGA:

4.1.6.1. **Para os itens 01 e 02:** prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato, estando incluso no valor contratado quaisquer despesas com frete e demais impostos inerentes à contratação;

4.1.6.2. **Para os itens 03 a 09:** o fornecimento das licenças e o início da prestação de suporte ou garantia deverão ser efetivados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do contrato;

4.1.6.3. **Para os itens 10 e 11:** prazo de 40 dias corridos contados da assinatura do contrato;

4.1.6.4. Não serão aceitas entregas no período de recesso deste TRE, ou seja, entre 20 de dezembro e 6 de janeiro.

4.2. DO RECEBIMENTO

4.2.1. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

- 4.2.1.1.** O recebimento provisório, para qualquer dos itens em comento na presente contratação, será realizado por servidor lotado na Seção de Rede, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados a partir da entrega.

4.2.2. DO RECEBIMENTO TÉCNICO E DEFINITIVO

- 4.2.2.1.** Comissão Técnica com no mínimo 03 (três) servidores a ser instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação realizará, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a partir do recebimento provisório, uma inspeção técnica dos equipamentos adquiridos para verificação da sua integridade física e cumprimento das especificações exigidas no edital e seus anexos;
- 4.2.2.2.** Para a inspeção técnica, será utilizada a documentação entregue pelo fornecedor e/ou fabricante do equipamento contendo as especificações detalhadas dos itens licitados, constantes da proposta detalhada (anexo III);
- 4.2.2.3.** A inspeção técnica poderá ser realizada por amostragem, a critério da Administração. O equipamento que, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, apresentar irregularidades ou estiver em desacordo com aquele aprovado durante a análise da amostra deverá ser substituído no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do comunicado enviado pelo TRE-PR.
- 4.2.2.4.** Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões e/ou outros problemas físicos;
- 4.2.2.5.** O equipamento testado deverá possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores;
- 4.2.2.6.** Após a inspeção técnica nos equipamentos e verificando que estes estão em perfeitas condições de funcionamento, Comissão Técnica a ser instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação emitirá(ão) o Atestado de Aceite Técnico e encaminhará ao gestor da contratação para emissão do ateste definitivo, no prazo máximo informado no item 4.2.2.1.
- 4.2.2.7.** A Coordenadoria de Infraestrutura receberá e encaminhará a nota fiscal e atestado do bem no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da emissão do aceite técnico.
- 4.2.2.8.** Recebido o objeto, mas constatado qualquer defeito/irregularidade, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do comunicado do TRE/PR, sem quaisquer ônus.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. DA SUSTENTABILIDADE

- 5.1.1.** Os equipamentos a serem entregues devem estar em conformidade com as diretrizes RoHS;

- 5.1.2. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem, preferencialmente, materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;
- 5.1.3. A contratada para o fornecimento dos equipamentos, na qualidade de fabricante, importador, distribuidor ou comerciante, poderá ser solicitada a providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário desta aquisição de equipamentos, entendido como aqueles produtos ou componentes eletrônicos em desuso e sujeitos a disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme a lei 12.305/2010, artigo 33 caput, inciso VI e seus parágrafos;

5.2. DOS REQUISITOS DE SUPORTE E GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARE (Itens 1, 2, 8, E 9)

- 5.2.1. A garantia de funcionamento para os equipamentos entregues será pelo período de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir do Recebimento Definitivo do componente, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.
- 5.2.2. Caso haja garantia adicional oferecida pelo fabricante, a Contratada deverá descrever os seus termos na Proposta Detalhada (anexo III).
- 5.2.3. A garantia deve incluir todo e qualquer defeito decorrente de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte ou desgaste prematuro, com a substituição de peças, componentes, ajustes, reparos e correções necessárias, às expensas da contratada;
- 5.2.4. O fornecedor não poderá, em hipótese alguma, negar-se a registrar chamadas relacionadas ao equipamento adquirido, ainda que se conclua, ao final, que a solução do incidente não seja de responsabilidade do fornecedor/fabricante;
- 5.2.5. O prazo máximo para o primeiro atendimento dos chamados é de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado;
- 5.2.6. O prazo máximo para a solução do problema é de 3 (três) dias úteis contados a partir do primeiro atendimento, mesmo incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos;
- 5.2.7. Em caso de substituição de peças e/ou componentes eletrônicos ou mecânicos, as peças substituídas deverão ser originais do fabricante e ter especificações iguais ou superiores às substituídas;
- 5.2.8. As peças e componentes trocados deverão ser novos – não utilizados ou recondicionados;
- 5.2.9. O primeiro atendimento dos chamados técnicos deverá ser presencial e feito nas dependências da sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (on site) em Curitiba, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 12h30m às 18h30m, por profissionais especializados
- 5.2.10. Quando não for possível a solução do problema no local, sendo

necessária a remoção do equipamento, o conserto deverá ser efetivado nas dependências do laboratório da Contratada, ficando a mesma responsável pelo traslado dos equipamentos e sua devolução em perfeitas condições de uso;

- 5.2.11. A Contratada deverá manter, durante os 24 (vinte e quatro) meses de vigência da garantia, e às suas expensas, central de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos no horário das nove às dezoito horas, de segunda a sexta-feira. A central deverá ser acionada preferencialmente por e-mail. Será aceita também a disponibilização de canal para abertura de chamados técnicos por meio de telefone ou serviço web da contratada;
- 5.2.12. Na abertura do chamado técnico, a Contratada deverá fornecer um número de registro único para cada chamado;
- 5.2.13. Considerar-se-á como recebida a solicitação de abertura do chamado técnico após o envio do e-mail (levando em consideração a data e hora do envio do e-mail) ou da abertura da ocorrência/ordem por telefone ou no serviço web da contratada (este último deve gerar um protocolo de atendimento com as informações de número da ordem de serviço, descrição do pedido de suporte e data e hora da abertura do chamado técnico);
- 5.2.14. A contratada deverá entregar, obrigatoriamente, para o fiscal setorial da contratação ao final de todo atendimento realizado um laudo contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - 5.2.14.1. Data e hora da abertura do chamado;
 - 5.2.14.2. Número de registro do chamado;
 - 5.2.14.3. Número do patrimônio TRE-PR do equipamento envolvido;
 - 5.2.14.4. Número de série do equipamento envolvido;
 - 5.2.14.5. Data e hora da chegada do técnico no local de atendimento para o primeiro atendimento;
 - 5.2.14.6. Data e hora da resolução do problema, se aplicável;
 - 5.2.14.7. Procedimentos realizados;
 - 5.2.14.8. No caso de substituição de peças, a descrição do componente substituído.
- 5.2.15. A contratada deverá encaminhar para o gestor da garantia técnica, através do e-mail rede@tre-pr.jus.br, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a realização dos atendimentos, uma cópia do laudo deixado com o fiscal da contratação ao final de cada visita técnica.
- 5.2.16. A Contratada deverá encaminhar mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, relatório de todos os chamados técnicos, atendidos ou não, realizados em sua central de atendimento no mês anterior. O relatório deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - 5.2.16.1. Data e hora da abertura dos chamados;
 - 5.2.16.2. Número de registro dos chamados;
 - 5.2.16.3. Número do patrimônio TRE-PR dos equipamentos envolvidos;
 - 5.2.16.4. Número de série dos equipamentos envolvidos;
 - 5.2.16.5. Data e hora da chegada do técnico nos locais de atendimento;
 - 5.2.16.6. Data e hora das resoluções dos problemas, quando aplicável;
 - 5.2.16.7. No caso de substituição de peças, a descrição dos componentes substituídos.
- 5.2.17. Caso constatado, durante a vigência do contrato, repetidos defeitos em

um mesmo componente dentro do lote dos equipamentos adquiridos, principalmente na placa principal, disco rígido ou fonte de alimentação, relacionados à preexistência de algum vício de conhecimento superveniente à data de sua aquisição, a Contratada será, a critério da Contratante, obrigada a trocar o componente de todos os equipamentos fornecidos;

- 5.2.18. A contratada deverá, durante a vigência do contrato, prestar todas as informações solicitadas pelos gestores, esclarecendo dúvidas, inclusive, dando todo o suporte necessário no que tange a levantamentos e estudos referentes ao objeto da contratação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 5.2.19. A instituição poderá promover, a qualquer tempo, diligência para checar a veracidade das informações prestadas pela contratada e ainda verificar por amostragem a confrontação do detalhamento das especificações técnicas do Termo de Referência com os equipamentos recebidos.
- 5.2.20. Constatada alguma irregularidade, a qualquer tempo, a contratada deverá saná-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

5.3. OUTRAS OBRIGAÇÕES

- 5.3.1. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos.
- 5.3.2. Todas as funcionalidades e/ou licenciamentos descritos para os itens 1, 2 e 3 deste pregão deverão estar licenciados no modelo perpétuo, mantendo as funcionalidades descritas em operação de forma independente da vigência do contrato de garantia dos equipamentos;
- 5.3.3. A Contratada, para o caso de equipamentos, deve garantir que todos os componentes do produto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação durante a validade do registro de preço. Será permitida a oferta de equipamentos comprovadamente similares, pelo mesmo preço, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto, ficando à critério da contratante o aceite ou não do equipamento ofertado.
- 5.3.4. Todos os cabos e conectores externos necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos com comprimento de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros). Os cabos de conexão do equipamento à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136;
- 5.3.5. Para todos os itens de especificação serão aceitas ofertas de qualquer componente de especificação diferente da solicitada, desde que comprovadamente igual ou superior, individualmente, quanto à qualidade, o desempenho, a operacionalidade, a ergonomia ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado – conforme o caso, e desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer das demais especificações, ou desvantagem nestes mesmos atributos dos demais componentes ofertados.
- 5.3.6. É de responsabilidade da Contratada o perfeito fornecimento do objeto, devendo ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 5.3.7. Manter durante toda a execução do contrato, as obrigações assumidas na licitação

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 7.1.** A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais a que venha ter acesso no cumprimento das obrigações contratuais;
- 7.2.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, na Resolução TSE nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral), na Resolução TSE nº 23.650/2021 (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral), no que couber, bem como observar as normas e diretrizes relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações, em especial a ISO 27.001 e ISO 27.701, assim como a todos os normativos internos da CONTRATANTE relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais.
- 7.3.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e colaboradores que atuarão na prestação dos serviços objeto deste contrato, acerca das obrigações e condições acordadas e dos atos normativos referidos na cláusula anterior.
- 7.4.** A CONTRATADA deverá informar, na assinatura do contrato, os dados referentes ao seu encarregado de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – artigo 41), como nome, endereço eletrônico e telefones de contato.
- 7.5.** O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE sempre que necessário para a formalização de demandas ou o esclarecimento de dúvidas;
- 7.6.** A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD);
- 7.7.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução do contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;
- 7.7.1.** Na hipótese de se verificar que o cumprimento do contrato dependa da transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais, a CONTRATADA se compromete a informar ao CONTRATANTE, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, para que este autorize expressa, formal e previamente a referida prática;
- 7.7.2.** Sem prejuízo do disposto acima, caso o CONTRATANTE autorize a subcontratação de determinados serviços a favor de terceiros que impliquem no fornecimento de dados pessoais referidos nesta cláusula, a CONTRATADA se compromete a celebrar, antes da subcontratação, um acordo de confidencialidade dos dados com a subcontratada, bem como a estender contratualmente a ela todas as suas obrigações

- relativas ao tratamento de dados pessoais previstas neste contrato;
- 7.8.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- 7.9.** Todos os colaboradores da CONTRATADA que vierem a ter acesso à rede de computadores do CONTRATANTE, a sistemas da Justiça Eleitoral ou a documentos físicos que contenham dados pessoais para a execução de suas atividades deverão assinar um Termo de Sigilo e Responsabilidade, o qual deverá ser entregue ao fiscal do contrato antes do início da prestação de serviço de cada colaborador;
- 7.10.** A CONTRATADA se compromete a isentar o CONTRATANTE de qualquer demanda administrativa, judicial ou extrajudicial relacionada ao descumprimento das suas obrigações no que se refere ao tratamento de dados pessoais, previstas no Contrato e na Lei nº 13.709/2018;
- 7.11.** De acordo Com o art. 42 da LGPD, as partes responderão solidariamente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância ao que a Lei estabelece, e aquele que reparar o dano ao titular terá o direito de regresso contra os demais responsáveis;
- 7.12.** O CONTRATANTE tem direito ao acesso às informações sobre o tratamento de seus dados, que serão disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva, mediante solicitação;
- 7.13.** Em caso de exposição/vazamento de dados ou qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais as partes deverão adotar os seguintes procedimentos:
- 7.13.1.** Na hipótese de verificação por parte do CONTRATANTE, este obriga-se a comunicar o fato imediatamente à CONTRATADA, para que tome as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias;
- 7.13.2.** Na hipótese de verificação por parte da CONTRATADA, esta obriga-se a cientificar o CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e a adotar as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias;
- 7.14.** Em ambos os casos, a CONTRATADA deverá comunicar documentadamente ao CONTRATANTE as providências adotadas, a extensão dos eventuais danos e todas as informações relevantes sobre o incidente.
- 7.15.** Uma vez terminado o contrato, a CONTRATADA obriga-se, expressamente, a excluir todo e qualquer dado pessoal tratado para a finalidade de sua execução, inclusive backups e arquivos externos, isentando o CONTRATANTE de responsabilidade por qualquer dano e prejuízo, direto ou indireto, advindos de tratamento de dados pessoais perpetrados após o término.
- 7.15.1.** Caso exista legislação específica que preveja o armazenamento dos dados em tempo superior ao deste contrato, a contratada deve cientificar a contratante antes de fazer qualquer exclusão, mantendo os dados armazenados pelo período legal requerido.
- 7.16.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1.** Os throughputs, capacidade de encaminhamento de informações para esta solução, devem ser comprovados por documento de domínio público do fabricante.
- 8.2.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Rede, por meio do telefone (041) 3330-8628 no horário compreendido entre as 12h e as 19h ou pelo e-mail [rede@tre-pr.jus.br](mailto:red@tre-pr.jus.br)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2023

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Daniele Cristine Forneck Franzini, nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 36/2023 (PAD 30848/2022), **RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor abaixo:**

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
Endereço completo:
CEP:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

1. DO OBJETO, ITENS REGISTRADOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **aquisição de solução de comunicação (roteadores, licenças e serviço)**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência (Anexo I do edital) e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

1.2. Os quantitativos e itens registrados constam no quadro abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Marca	Quantidade	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

1.2.1 A especificação completa do item encontra-se no Termo de Referência (anexo I) do Edital.

1.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

1.5. Da contratação dos itens registrados:

1.5.1. Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

1.5.2 Quando e se houver necessidade da contratação, o TRE-PR notificará o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto, mediante o envio da nota de empenho e, se for o caso, convocação para posterior assinatura do contrato.

1.5.3 Das obrigações do fornecedor:

1.5.3.1 Fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados.

1.5.3.2. Observar e cumprir todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do edital).

1.5.3.3 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

1.5.3.4. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

2.1. Constituem obrigações do órgão gerenciador, dentre outras

previstas no art. 7º do Decreto 11.462/23:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) Remanejar os quantitativos da Ata, observando o disposto no item 9;
- c) Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme disposto no item 6;
- d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;
- e) Deliberar quanto à adesão posterior de órgão e entidades não participantes, conforme disposto no item 3;
- f) Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no item 3.3, nos termos do item 3.3.1.

2.2. Constituem obrigações do órgão participante, dentre outras previstas no art. 8º do Decreto 11.462/23:

- a) Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive quanto a eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- c) Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais;
- d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao TRE-PR e registrá-las no SICAF; e
- e) Prestar as informações solicitadas pelo TRE-PR quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade.

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (ADESÃO)

3.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador.

3.2.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná somente autorizará a adesão após a aceitação do fornecedor.

3.3. Após a autorização do TRE-PR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da Ata.

3.3.1. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante, aceita pelo TRE-PR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

3.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.5. Dos limites para as adesões:

3.5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DELA DECORRENTES

4.1 Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2 O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.2.2 Os contratos decorrentes do sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O controle e o gerenciamento desta Ata de Registro de Preços será realizado pelos gestores da contratação, formalmente designados, por meio de ferramenta própria disponibilizada pelo Governo Federal (Gestão de Atas), no que se refere a:

- a) Quantitativos e saldos;
- b) Solicitações de adesão;
- c) Remanejamento de quantidades.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Da alteração ou atualização dos preços registrados: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, nos termos do item 6.3.

6.2. Da negociação dos preços registrados:

6.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-PR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.2.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

6.2.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço

registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2.2 e no item 6.2.2.1, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.2.6. O órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

6.3 Do reajuste:

6.3.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/06/2023.

6.3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante e exclusivamente para o saldo remanescente da Ata de Registro de Preços, do índice:

- a) Itens 01 e 02: IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC;
- b) Itens 03 a 11: ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação, editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Do cancelamento do registro do fornecedor: o registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla

defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços bem como do edital e seus anexos;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.1.5. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.1.6. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.1.7. No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.2. Do cancelamento dos preços registrados: o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023

7.2.1. A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceita as razões do pedido.

8. DO CADASTRO DE RESERVA

8.1. O Cadastro de Reserva é formado pelas licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, e

pelas licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.1.1. A listagem dos fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva referente ao presente Registro de Preços consta anexa a esta Ata.

8.2. Poderá haver o chamamento dos fornecedores registrados no Cadastro de Reserva nas seguintes situações:

- a) Quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo TRE-PR, nos termos do art. 30 § 1º do decreto nº 11.462/23.

9.1.1. De órgão participante para órgão ou entidade não participante.

9.1.2. O TRE-PR será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.2. Na hipótese de remanejamento de órgão participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no item 3.

9.3. Competirá ao TRE-PR autorizar o remanejamento solicitado.

9.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10. DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

10.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam a presente, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, ____ de ____ de 2023.

(Assinatura Representante legal)

¹ Art. 19 § 2º do Decreto nº 11.462/2023.

Nome do Representante Legal:.....
Cargo:

Daniele Cristine Forneck Franzini
Diretora Geral do TRE-PR

Anexo III – Proposta Detalhada

A licitante, antes de apresentar sua proposta, DEVERÁ ler atentamente todas as condições deste edital (objeto, obrigações, responsabilidades, etc.), não podendo alegar, depois do certame concluído ou durante a execução do serviço, desconhecimento ou mesmo alegar que cotou erroneamente.

Preencher os dados solicitados relativamente aos itens 1, 2, 8 e 9		
Empresa:		
Data:		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.
	(equipamento e modelo)	
	(acessórios)	
	(licenciamento)	
	(sítio da internet para consulta da documentação)	
INFORMAR OS TERMOS DE GARANTIA ADICIONAL OFERECIDA PELO FABRICANTE, CASO HAJA. CONFORME ITEM 5.2.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA.		

ANEXO IV

TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE

Declaro que tomei conhecimento das regras estabelecidas na Res. TSE 23.644/21, que instituiu a Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral, bem como das demais regras relativas à segurança da informação adotadas ou editadas pelo TRE/PR, publicadas na Intranet.

Comprometo-me a seguir as normas vigentes, as boas práticas associadas à segurança da informação e as determinações oriundas da administração do TRE/PR, assim como a zelar pelo sigilo das informações que me forem confiadas e pela integridade dos sistemas a serem utilizados.

Comprometo-me, em especial, a guardar sigilo acerca dos dados pessoais e dos relativos ao processo eleitoral aos quais tiver acesso em razão do trabalho desenvolvido, não os utilizando para qualquer outro fim que não a consecução da atividade pública, assim como a fazer uso adequado dos recursos tecnológicos que estiverem à minha disposição, sob pena de incorrer nas sanções previstas, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (lei 13709/2018) e com a Lei de Acesso à Informação (lei 12527/2011).

Nome Completo	Assinatura
Cargo ou Função	Empresa (se terceirizado)
Local	Data

**Este documento deve ser armazenado por, no mínimo, um ano após
o desligamento do colaborador.**

Termo de Sigilo e Confidencialidade – CSINF- revisado em 29/07/2021

Classificação da Informação – Dados Pessoais



**CONTRATO Nº/2023
PAD 30848/2022**

**ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, FORNECIMENTO E
GARANTIA, que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO PARANÁ e a empresa**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº da Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com a Proposta de Preços vencedora do pregão eletrônico nº. xxxx/2023 – SRP, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, de um lado o:

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Daniele Cristine Forneck Franzini, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ nº, com sede na cidade de/....., Rua, nº xxx, bairro, CEP:, telefone (xx) xxxx-xxxx / (xx) xxxx-xxxx, e-mail, neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de Solução de comunicação (roteadores, licenças e serviço), MARCA:, item(s) visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Edital de licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 - A especificação do objeto e demais condições deverão seguir de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência.

2.2 - DO LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os equipamentos deverão ser entregues e os serviços prestados na Seção de Rede deste Tribunal, mediante agendamento pelo telefone 41 - 3330-8628, no horário das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento, podendo também ocorrer, caso o TRE julgue necessário, em sábados, domingos e feriados.

2.3 - DO PRAZO DE ENTREGA:

2.3.1 - Para os itens 01 e 02: prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados da assinatura deste contrato.

2.3.2 - Para os itens 03 a 09: o fornecimento das licenças e o início da prestação de suporte ou garantia deverão ser efetivados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura deste contrato;

2.3.3 - Para os itens 10 e 11: prazo de 40 (quarenta) dias corridos contados da assinatura do contrato;

2.3.4 - Não serão aceitas entregas no período de recesso deste TRE, ou seja, entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, suspendendo-se o prazo que coincidir com este período.

2.4 - De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, incisos X e XIII, esta contratação será realizada por preço certo de unidades determinadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1- Incumbe ao CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, edital e demais anexos, bem como deste instrumento contratual;

II - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV - Informar à CONTRATADA, após a assinatura deste contrato, o nome do Fiscal da Contratação, o telefone, endereço e e-mail para contato;

VI - Fiscalizar a execução da contratação por meio de servidor formalmente designado;

VII - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1 - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência.

4.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

4.3 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **26 (vinte e seis) meses**, a contar da data de sua assinatura, nos termos do art. 113 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser rescindido antecipadamente a critério da Contratante.

5.2 – Prazo de garantia 24 (vinte e quatro) meses para os itens 1, 2, 8, 9; e 12 (doze) meses para os itens 3, 4, 5, 6 e 7.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta de:

Programa de Trabalho/ PTRES:;
Elementos de despesa:;
Nota de EmpenhoNE....., de;
Categoria econômica: custeio;
Código SIASG: nos itens na cláusula a seguir.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 – Pelo fornecimento e prestação de serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$** (.....), que corresponde ao preço unitário registrado, multiplicado pela quantidade ora contratada, incluindo serviços de garantia em conformidade com a Ata de Registro de Preços nº/2023, conforme quadro demonstrativo a seguir:

(Item/QUANT conforme solicitado)

LOTE ÚNICO	Item	Descrição item	Qtidade	Unidade	Valor unitário	Valor total
	1	Roteador remoto SD-WAN com WI-FI (FortiWifi 40F) Código SIASG: 473387 Garantia 24 meses		Equipamento	R\$	R\$
	2	Ponto de acesso WI-FI Código SIASG: 393277 Garantia 24 meses		Equipamento	R\$	R\$
	3	Licenciamento do tipo I (Forticare) para firewall Fortigate 100F, período de 12 (doze) meses Código SIASG: 27456		Licença	R\$	R\$
	4	Licenciamento do tipo II		Licença	R\$	

		(UTP) para firewall Fortigate 100F, período de 12 (doze) meses Código SIASG: 27456				R\$
	5	Licenciamento do tipo III (Forticare) para firewall FortiWifi 40F, período de 12 (doze) meses Código SIASG: 27456		Licença	R\$	R\$
	6	Licenciamento do tipo IV (UTP) para firewall FortiWifi 40F, período de 12 (doze) meses Código SIASG: 27456		Licença	R\$	R\$
	7	Suporte e garantia FortiNac - 4000 (quatro mil) dispositivos gerenciados - 12 (doze) meses Código SIASG: 27740		Serviço	R\$	R\$
	8	Solução de Gerenciamento - Fortimanager-vm para 200 (duzentos) dispositivos Código SIASG: 27081 Garantia 24 meses		Licença	R\$	R\$
	9	Solução de logs e relatórios - Fortianalyzer 100Gb/dia Código SIASG: 27081 Garantia 24 meses		Licença	R\$	R\$
	10	Serviço de instalação da Solução de Gerenciamento - Fortimanager-vm Código SIASG: 27359		Serviço	R\$	R\$
	11	Serviço de instalação da Solução de logs e relatórios - Fortianalyzer Código SIASG: 27359		Serviço	R\$	R\$

7.2 - Do documento fiscal e do pagamento:

7.2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, e englobará todas as requisições realizadas dentro de determinado mês e cujas notas fiscais forem encaminhadas ao fiscal da contratação **até o 5º dia útil do mês** seguinte ao do fornecimento.

7.2.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção, na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.3 - O documento de cobrança poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, no endereço redes@tre-pr.jus.br, ou poderá ser apresentado na forma física, encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba/PR, igualmente direcionado ao fiscal.

7.3.1 - A Nota Fiscal deverá ser única, contemplando todos os fornecimentos ocorridos em determinado mês.

7.4 - O CNPJ da Contratada deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.4.1 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

7.5 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do fiscal da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.6 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até o 5º (quinto) dia útil** do mês seguinte a prestação dos serviços.

7.7 - Das Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos**:

7.7.1 - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

7.7.2 - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor

7.7.3 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos previstos nos itens 7.7.1 e 7.7.2 serão reduzidos **para 5 (cinco) dias úteis**.

7.8 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.9 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.4.

7.9.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.10 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão do edital e/ou anexo (s).

7.11 - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.13 - Da regularidade fiscal:

7.13.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.13.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.13.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

7.13.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.13.2.1 - As consultas de que tratam as alíneas acima serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE

8.1 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de fornecimento e garantia.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência.

9.2 - Quanto ao **recebimento** do objeto, o fiscal obedecerá aos prazos e condições especificados no Termo de Referência.

9.3 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade no fornecimento, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

9.3.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

9.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário e estipulando prazo para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.5 - Persistindo a irregularidade, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria Administrativa- SECAD, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia dos e-mails ou ofícios enviados à CONTRATADA pelo fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos, com os respectivos comprovantes de recebimento pela empresa;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.2 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2.1 - Conforme o disposto no inciso I do item 10.2, as infrações serão consideradas:

I - leves: quando o inadimplemento ou falha contratual, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarretar maiores consequências à sua continuidade.

II - médias: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - graves: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV –gravíssimas: quando o inadimplemento acarretar paralisação total da prestação dos serviços.

a) ADVERTÊNCIA: Quando a contratada der causa à inexecução parcial deste instrumento, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

a.1) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso em substituir o bem entregue em desacordo com as especificações e no prazo estabelecido;
3	Falta de retorno às comunicações do TRE;
4	Encaminhar nota fiscal em desacordo.

b) MULTAS: Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

Descumprimentos	Graduação da sanção	Dosimetria e base de incidência
Deixar de cumprir os prazos previstos para atendimento, conforme previsto nos itens 5.2 do Termo de referência – REQUISITOS DA GARANTIA, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,05% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega dos equipamentos, conforme item 4.1.5 e subitens	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso

	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo previsto para substituir equipamentos defeituosos ou irregulares conforme previsto nos itens 4.2.2.8 e 5.2.17 e do termo de referência, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,1% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de entregar os laudos de atendimentos e os relatórios, conforme previsto nos itens 5.2.14 e 5.2.15 do termo de referência, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,02% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
GRAVE	Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I;	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
GRAVÍSSIMA	Multa compensatória pelo inadimplemento total,	

	caracterizado pela não entrega do objeto contratado.	20% (vinte por cento), sobre o valor total do objeto.
--	--	--

10.2.1.3 - Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;

b) inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

10.2.1.4 - Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do Art. 156 da Lei 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

a) apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

b) praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.

f) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

g) inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

h) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

10.3 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.4 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.5 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

10.6 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

10.7 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela

Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.8 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.8.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

10.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

10.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.11 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Ficará o presente contrato extinto a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

¹ Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.

Curitiba, de de 2023.

.....
Representante Legal
p/Contratante

Daniele Cristine Forneck Franzini
Diretora – Geral – TRE/PR
p/Contratada